

Revolução

**ESPECIAL
N.º 100**



**A
luta dos
TRABALHADORES**

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

RESCALDO DO CONGRESSO DOS SINDICATOS

Terminou o Congresso dos Sindicatos. Para além de todas as ilações possíveis de futuras análises, os resultados não foram de molde a sossegar o Partido do Governo, assim como avolumaram certamente as inquietações de toda a direita. Iguamente a ponta de lança da «carta aberta» parece não ter surtido os efeitos pretendidos pelos seus progenitores. A carta aberta encerra um capítulo, mas não encerra as manobras da burguesia. A ver vamos, que a luta de classes prossegue e o imperialismo não desiste...

Se no Congresso muito ficou por resolver, sobretudo no que respeita à Unidade Real a partir dos locais de trabalho, a verdade é que a «carta aberta» nunca apresentou uma perspectiva mínima o que a situa automaticamente fora do contexto real das lutas de classes no momento presente. A evidência de não atingir um reformismo suficiente para atingir a receptividade da classe mais explorada — actualmente a maior vítima da repressão social-democrata de Soares — fez dela uma derrotada à partida.

A burguesia comandada por Soares apostou na cisão sindical. Apostou por necessidade de conseguir um «pac-

to-social» apoiado na pequena burguesia capaz de ideologicamente arrastar as massas trabalhadoras para a colaboração com a sua própria repressão. A eficiência do balão de ensaio da carta aberta não está em vias de vazar, só que no concreto a aguda situação social e a recordação dos dois últimos anos de luta anticapitalista fortemente arregida nas massas trabalhadoras, são o obstáculo principal ao projecto «carta aberta».

Quanto à esquerda do movimento sindical, bateu-se coerentemente pelos seus pontos de vista, baseados na análise concreta da situação. Bateu-se no sítio certo: no seio da Central Sindical — no centro do reformismo operário. Atitude, aliás, que motivou a necessidade da mesa utilizar velhos processos de manipulação, posteriormente denunciados por alguns sindicatos.

Sendo uma atitude que se esperava em resultado da viciação cupulista, que a própria reacção tem tirado proveito nos seus ataques à Intersindical, os Sindicatos contestatários sabiam que defrontavam uma forte hegemonia reformista...

A impossibilidade de aprofundar as

Continua na pág. 4

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA - BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral	110\$00	Pagamento
	Anual	220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral	400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual	800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COÍMBA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65
ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocado, 3
Tel: 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusebio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312
TORRAO — Horta Saca — 66132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Meira, n.º 35 - 1.º Tel. 63043
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658
MONCHIQUE — Estrada da Folia, 9, Monchique

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

SOARES NA C.E.E.

Soares iniciou na 2.ª feira uma viagem pelas principais capitais do Mercado Comum, na sua campanha pessoal que precede o pedido formal de entrada para essa organização.

Entretanto, os partidos burgueses em Portugal definem posições com que vão actuar na cena política.

Cunhal encontrou-se com Berlinguer (a isso nos referimos mais detalhadamente noutro artigo) e o P. S., P. S. D. e C. D. S. reuniram as suas cúpulas no ultimo fim-de-semana.

A ADESAO À CEE

A situação catastrófica da economia portuguesa tem sido das primeiras dificuldades postas à adesão de Portugal à CEE. As estruturas económicas encontram-se num estado tal que muitos países da CEE duvidam da eficácia das medidas de «recuperação económica» a levar à prática. Outra dificuldade é a preocupação dos dirigentes da CEE pelo futuro do Mercado Comum, que pode ficar seriamente abalado com a inclusão de novos elementos de economia tão débil, pois implica um grande esforço financeiro e uma constante corrida aos fundos da organização para «ajudar» este país, o que contraria os interesses de alguns países membros, actualmente «ajudados». Contudo, tendo a apoiá-lo países «fortes» como a Inglaterra e RFA, Soares vê grandes possibilidades do seu pedido ser aceite.

Porém a concretização da integração real não será tão rápida como isso, serão precisos anos de transição para que a economia portuguesa atinja os níveis exigidos pelos «beneficiários» europeus. Só a resposta ao pedido levará um ano a ser dada (e este prazo é fornecido pela visão optimista de Soares...)

Contrariando as afirmações de que Portugal tem de ser um membro de pleno direito da CEE, a realidade mostra que Soares se contentará com a posição de membro pobre de um «clube de ricos» a troco de uns balões de oxigénio para a situação portuguesa; a ilustrar isto estão os recentes empréstimos contraídos por Soares junto de bancos alemães e holandeses.

O PARTIDO NO GOVERNO

A Comissão Nacional do P. S. reuniu no ultimo fim-de-semana para aprovar a maior parte dos 85 artigos dos estatutos que restaram da ultima sessão do Congresso (suspensão por falta de quorum) e para discutir a questão sindical.

Deste modo foram aprovados artigos no seguimento da centralização dirigista que temos vindo a observar no seio do P. S. A título exemplificativo citamos que as Comissões de Trabalho ficaram com um papel meramente consultivo, o método de Hondt (eleições por proporcionalidade de votos) foi recusado, o que significa que a lista B não terá nenhum elemento representado nos órgãos executivos do Partido; serão automaticamente membros do Conselho directivo do P. S. os militantes chamados a desempenhar funções governativas sem necessidade de eleição prévia; os militantes escolhidos para ocupar cargos públicos tem de se comprometer que os abandonarão se acaso saírem do Partido.

Quando à questão sindical, a reunião não passou da constatação contraditória de que a Inter é a força predominante no movimento sindical português e de que o P. S. «não reconhece a Inter como uma central sindical dos trabalhadores portugueses».

P. S. D. e C. D. S.

A reunião do Conselho Nacional do P. S. D. rectificou as afirmações que Sá Carneiro tem vindo a fazer: a necessidade de exis-

tência de «um pacto democrático» para formar uma «maioria estável» com dois ou três partidos», com a exclusão, naturalmente, do P. C. Para tal confia no poder de decisão de Ramalho Eanes a quem apela para que dê um «empurrão» nessa tal «maioria».

Esse governo teria como tarefa urgente o «pagamento de indemnizações por nacionalizações e dar garantias e inspirar confiança à iniciativa privada, mobilizando-a para a recuperação económica».

Também o C. D. S. reuniu o seu Conselho Nacional para expor os «contributos decisivos que tem dado à estabilização» e os esforços que tem feito para retirar ao P. C. «capacidade de manobra e chantagem junto do governo P. S.»

Se bem que o C. D. S. também pense que uma «maioria presidencial»

será remédio para a crise, insurge-se contra as tentativas de atribuir ao P. R. poderes superiores aos que «na eventual correlação de forças políticas lhe podem ser legitimamente atribuídos».

Nota-se assim que o P. S. D. clarificou que considera Eanes uma «cunha» decisiva para que ele, P. S. D., poder governar este país, enquanto que o C. D. S. tornou claro a sua intenção de continuar a não promover a queda do Governo P. S. enquanto tal for possível, como salto para um Governo apoiado activamente por Eanes, mas não em Eanes.

Quanto à adesão à CEE os dois partidos são unânimes em apoiar energeticamente. O C.D.S. até deu para tal, uma ajudinha na U. E. D. C., favor que o P. S. decerto não deixará de retribuir...

O IMPERIALISMO VISITA PORTUGAL

Enquanto Mário Soares se desloca às várias capitais de países da CEE, implorando ao capitalismo europeu um pequeno lugar na sua organização, aumenta a nível militar a penetração do imperialismo em Portugal.

A ESQUADRA DA NATO

Esteve em Portugal entre os dias 10 e 14 a Esquadra permanente da NATO do Atlântico, a «Stanav Fortland», composta por seis unidades navais da Grã-Bretanha, Canadá, RFA, Noruega, EUA e Holanda com um total de 600 homens.

Em conferência de Imprensa realizada no dia 11 o comandante da Esquadra, comodoro inglês J. N. H. Cox esclareceu os motivos da estadia no nosso país: Trata-se de uma visita de rotina para descanso dos efectivos militares depois dos exercícios que realizaram no Atlântico. Não se esqueceu também de salientar sobre o carácter da NATO que se trata de uma «força dissuasora» com carácter somente «defensivo». Naturalmente: «dissuasora» de processos políticos como o desencadeado em Portugal depois do 25 de Abril e «defensiva» da burguesia e do imperialismo em relação a todo o avanço dos trabalhadores no sentido da tomada do poder...

ARTILHARIA DA NATO EM LEIRIA

Mas as visitas continuaram e desta vez apesar do menor aparato bélico com os objectivos bem mais definidos.

Trata-se da deslocação a Portugal do general Robert Huyser dos EUA, adjunto do comandante chefe do Comando dos EUA na Europa. Objectivo: Instalação de uma Brigada de Artilharia da NATO em Leiria, mais concretamente à base aérea de Monte Real (onde estão os seis caças norte-americanos cedidos a Portugal e 30 elementos das Forças Armadas dos EUA como instrutores de piloto) para estudar o programa da instalação.

Mas o «auxílio» ao Imperialismo não se vai ficar por aqui: Por um lado seguirá para os EUA muito em breve uma equipa de pilotos e técnicos para



O comodoro Cox, comandante da esquadra da NATO do Atlântico, durante a conferência de Imprensa

receber instrução sobre o «C-130» que a Força Aérea vai adquirir por outro lado será discutido em Maio em Bruxelas numa reunião de Altos Comandos militares o programa de auxílio ao nosso país que até lá deverá apresentar as suas necessidades de material e equipamento militar para modernização das FA.

O IMPERIALISMO PÔE OU NÃO PÔE CONDIÇÕES?

O Conselho da Revolução veio também pronunciar-se sobre a polémica levantada por Vasco Lourenço e com o «contributo» de Souto Cruz sobre a interferência da NATO na nomeação dos oficiais portugueses para a brigada mista independente em constituição em Portugal.

Apesar do carácter contraditório das declarações a uma conclusão podemos chegar: Não são impostas limitações mas, enfim, sempre são postas algumas, nomeadamente no que diz respeito à selecção de pessoal para manuseamento de documentação altamente classificada.



e a actualidade nacional

GOVERNO REPRIME E HIPOTECA

Onde está o socialismo tão apregoado pelo Governo? Esta a interrogação para a qual não encontram resposta centenas e centenas de milhares de trabalhadores que votaram PS na esperança vã e ingénua de uma política anticapitalista, para agora serem utilizados esses votos contra si próprios, numa descarada política de recuperação capitalista e das forças fascistas.

O PRP não pode deixar de denunciar e combater com firmeza a política do Governo PS, autêntico moço de fretes da direita fascista, quer na política interna, quer na política externa. Os elogios que, mal desfarçadamente, o PPD e o CDS acabam de endereçar ao Governo de Soares são disso prova cabal e irrefutável.

Investir contra os trabalhadores rurais da Reforma Agrária, colocando a GNR do lado dos latifundiários e fascistas da CAP; permitir e dar cobertura ao regresso dos mais notórios capitalistas e reacçãoários; proteger o regresso dos patrões às empresas, assistir ou mesmo proteger a reintegração de notórios fascistas saneados das empresas, da administração pública ou da Polícia; colocar a P.S.P. no seu tradicional papel de protectora do capital, como acontece nos despejos de famílias pobres; permitir os despedimentos que não cessam de crescer; tentar por todas as formas a divisão dos trabalhadores, como acontece no plano sindical; permitir a proliferação

da imprensa fascista e praticando a mais descarada das políticas partidárias na imprensa estatizada, eis apenas alguns dos aspectos que atestam o reacçãoarismo da política do Governo PS.

Nos últimos dias, porém, o PS foi longe de mais: no campo interno, depois do uso das mais baixas calúnias e chantagem, o Governo atenta contra o direito à greve dos trabalhadores dos têxteis, das pescas, da Marinha Mercante e da função pública, em atitude claramente pró-fascista, não hesitando mesmo em recorrer a uma medida contra os homens do mar que faz lembrar a militarização com que Marcelo Caetano procurou atingir o pessoal da saúde! No plano externo, o Governo hipoteca nas capitais imperialistas a independência nacional — uma medida que fará de Portugal uma colónia da Europa imperialista.

Enquanto por todo o lado aonde chegou o 25 de Abril o Governo ataca afanosamente as conquistas alcançadas pelos trabalhadores, e deixa no esquecimento os camponeses do Centro e do Norte, eis que Mário Soares sai em viagem pela Europa vendendo o retalho a já duvidosa independência nacional. O PRP alerta as classes trabalhadoras para o que significa o namoro aos países do Mercado Comum Europeu: tentativa desesperada de, abrindo as fronteiras de par em par à exploração do País pelas grandes potências económicas, dar

a ilusão de solução da crise económica. Sa a isto se juntar a crescente infiltração militar do imperialismo no nosso país, compreende-se que o que está em jogo é a possibilidade do povo trabalhador português vir a poder decidir do seu destino.

A escalada da reacção é necessário responder com firmeza na unidade, mas uma unidade que não permita golpes cupulistas e partidários nos sindicatos, uma unidade que desmascare as constantes traições reformistas às lutas dos trabalhadores, uma unidade que repudie os perigos do capitalismo ou força e coordenação das Comissões de Trabalhadores, uma unidade em torno de um programa claro cuja essência seja um socialismo de base, uma unidade que repudie os perigos do Capitalismo ou do Capitalismo de Estado, uma unidade que salvguarde a Independência Nacional e que claramente se demarque da Nato ou do Pacto de Varsóvia.

PLENA DEMOCRACIA NAS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS DOS TRABALHADORES

REFORÇO E COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A C.I.I.D. DO P.R.P.

dos leitores

O CONGRESSO DOS SINDICATOS

Continuação da pág. 2

análises e consequentemente acordar as definições táticas para o movimento sindical futuro, são uma das principais razões da indefinição que ficou pairando. Apesar de tudo, poderemos pegar nalgumas palavras de dirigentes sindicais, que nem sequer são tidos por «esquerdistas», e onde se vê aflorar os problemas futuros.

Vejam os declarações aos jornais pelo dirigente José Judas, das quais respigamos parte: «Estamos convencidos de que vamos passar por momentos difíceis a seguir. Não tenhamos ilusões sobre isso. Continuamos no plano geral-político-económico, havendo mesmo a possibilidade de rotura, e seria desejável que tal não sucedesse. A nossa preocupação é que não vemos nenhuma medida no sentido de a evitar. Há medida que fomos cada vez mais estando debeixo das necessidades dos empréstimos, mais difícil será levantarmos a cabeça.

A crise é muito grave no ponto de vista económico-financeira, é possível mesmo que haja uma rotura e uma bancarrota, que lance conflitos sociais extremamente graves, e a nossa grande preocupação é que as forças democráticas do nosso País

consequissem, e o movimento sindical nesse sentido constituiu, com a realização deste Congresso, um bom passo para se reforçar o movimento de massas, encontrar soluções adequadas para no caso de se chegar a uma situação muito difícil, a ruptura pelo menos se faça favoravelmente às forças democráticas e não ao regresso ao fascismo».

Isto é, pela boca de José Judas, os congressistas acabaram por concluir que o golpe fascista é uma ameaça bem palpável. Que entrou no domínio das probabilidades imediatas.

Em face destas questões, algumas perguntas se põem aos militantes sindicalistas, muitos deles com filiação partidária: até que ponto conciliam eles a sua arregimentação partidária, com as conclusões obtidas no debate no seio dos trabalhadores?

Não nos parece que qualquer solução possa dar bons lucros em termos de organização, se constantemente se fazem alegações que visam obter desculpas perante uma meta, a que chamam «pureza revolucionária».

Estamos mesmo a ver que a tal «pureza revolucionária» à priori inimiga da unidade e que é necessário «sacificar» para o bem de todos, não passa



de simples justificação de secretários gerais aos militantes no concreto; aqueles que estão mais perto das lutas operárias de base e dos seus problemas.

Trata-se, para os grandes partidos, de procurarem através de malabarismos incriveis resolver as contradições que constantemente brotam no seu seio. Justificar mediante a sugestão que se pretende uma acção revolucionária, mas que há «impossibilidades imediatas», é o cúmulo do cinismo reformista. E jogar no revolucionarismo de opereta: imagem que os reformistas têm procurado divulgar entre os trabalhadores, como forma de marginalizarem os militantes revolucionários e obterem o tal sucesso que dá direito a mais uns cargos no Estado da burguesia.

Mas as coisas não são tão fáceis como podem parecer aos burocratas da linha operária: os conluios de gabinete são cada vez mais difíceis.

A reacção manobra no seu próprio terreno com vantagem e para lhe fazer frente as massas operárias têm de estar preparadas. As análises necessitam chegar à rua, ao local de trabalho. Têm que sair das sedes dos sindicatos para os trabalhadores se prepa-

rem para a eventualidade da «ruptura» de que fala José Judas.

Quando a burguesia mostrar os dentes e sair à rua a solução não vai ser «democrática» ou o regresso ao fascismo; a solução será noutros termos: socialismo ou fascismo.

Por muito que custe aos políticos da nossa praça, a solução stalinista vai mesmo por água abaixo. Vai deslizar para o caixote do lixo da história da mesma maneira que o ridículo «slogan» da «maioria de esquerda». Serão então e de facto as «maiorias» não parlamentares que ditarão a sorte dos pluralismos utópicos. Socialismo ou barbárie, sem transição nascida nos cérebros pequeno-burgueses acomodaticios.

Voltando ao Congresso: será que houve pudor em mostrar quem de facto conduziu uma política que possibilita um golpe?

Sim! Porque um golpe terá que ser feito por alguém. Alguém cuja reorganização se apoiou em nome da «anarquia e da indisciplina reinante».

Poderemos sabê-lo através dos Sindicatos de classe? Ou isso não será possível em nome da procurada unidade com a «carta aberta»?

DEBATE

A Organização do PRP Lisboa cidade leva a efeito um debate na UPEI no dia 17, às 21 h 30 m, com a seguinte ordem de trabalhos:

— O Partido e a Organização Autónoma.

Para todos os simpatizantes do partido e em especial para os assinantes do «Revolução».

ALBANO

VASCO LOURENÇO

- os poderes paralelos

e o 11 de Março

O general Vasco Lourenço que se deslocou em visita de trabalho ao regimento de Infantaria das Caldas da Rainha aproveitou para fazer algumas declarações aos jornalistas defendendo o CR dos ataques que a extrema-direita lhe tem vindo a fazer sob a acusação de que tal órgão constitui um poder paralelo. «Há pessoas que falam em poderes paralelos para atacarem o Conselho da Revolução. O que pretendem é que este não tenha qualquer poder». Vinha esta questão a propósito da recente apreciação pelo CR do processo do 11 de Março. Vasco Lourenço pronunciou-se também a nível pessoal sobre o problema:

«Concordo com o despacho exarado pelo Conselho da Revolução, ten.-cor. Costa Neves discordando da apreciação do processo feita pelo juiz-instrutor. Penso que o processo foi todo ele mal conduzido, porque, tal como aconteceu logo a seguir ao 11 de Março, quando foi nomeada uma Comissão de Inquérito que teve de ser destituída por o seu presidente ter arquitectado previamente uma história e depois conduzir todo o trabalho para a comprovar, também agora se passou exactamente a mesma coisa, mas ao contrário».

Como se sabe o juiz-instrutor mandou arquivar o processo relativo ao golpe fascista de 11 de Março. Mas parece que alguns militares ainda se recordam da data...



O general Vasco Lourenço que se tem salientado ultimamente pelas suas declarações políticas

A direita

e a exoneração

de Tierno Bagulho

O almirante Tierno Bagulho foi exonerado do cargo de presidente no Supremo Tribunal Militar. Segundo a explicação oficial, por ter completado os dois anos de Comissão que lhe competiam. No entanto a Imprensa fascista que noticia o facto antes mesmo de ser conhecido o despacho de Ramalho Eanes, atribuiu a Tierno Bagulho ter assinado uma carta na qual se solidarizava com Rosa Coutinho e tal facto comprometeu a independência do órgão a que presidia. O próprio almirante explicou o sentido da sua carta: «A suspensão do almirante Rosa Coutinho deu aso a que alguns órgãos de informação caluniassem aquele digno oficial. Tiraram as mais revoltantes conclusões antes de

haver um julgamento na entidade competente que é o Conselho Superior de Disciplina da Armada. Nestas circunstâncias, eu e outros oficiais, enviámos uma carta a Rosa Coutinho, na qual repudiamos toda uma série de calúnias e mentiras que se têm levantado à volta do seu nome, e declaramo-nos solidários com ele, já que se trata de um oficial digno e um homem de grande valor».

Assim a direita fascista não só não perdoa a Rosa Coutinho o papel que este desempenhou no processo da descolonização como não tolera também que outros com ele se solidarizem (nem que seja em termos extremamente moderados) e não o atirem para a fogueira dos fascistas.

CUNHAL

EM ITÁLIA

Cunhal foi à Itália procurar apoio internacional para as teses da «Maioria de esquerda» no âmbito do «novo» Portugal «caloires» na CEE. Tendo como trunfo a nível interno o reforço da Intersindical através da qual procurará utilizar as lutas dos trabalhadores como moeda de troca, o PCP pede aos «eurocomunistas» italianos mais um pouco de força para se impôr junto de Soares.

Está prevista para Março uma primeira em Madrid de dirigentes dos PC Italiano, Francês e Espanhol, subscritores das teses «eurocomunistas». Cunhal, obviamente, não participará, mas promove desde já uma aproximação com eles, útil às relações PCP-PS.

Soares já afirmou repetidas vezes que se o PCP fosse como o PCI, a Frente PC-PS estaria já realizada em Portugal. Porém duvida que, nesta viagem, Cunhal tenha sido tocado pelas referidas teses, pois se o fosse opor-se-ia menos à entrada para a CEE. O PCP não apoia essa integração pois «irá fazer regressar o país ao domínio dos monopólios».

É de notar que é a propósito desta «questão dos monopólios» que Cunhal centra a justificação da diferença da linha política entre o PCP e o PCI. Nos países onde haja o poder dos monopólios, como a Itália e a França, é natural que os PCs tenham uma prática política diferente da do PCP, que actua num país onde esse poder já não existe.

Estas justificações deixam implícito que o PCP não apoia a integração na CEE porque representa uma regressão do ponto de vista económico: contudo se essa integração der os frutos desejados pelo Governo, então o PCP agirá como agem os PCs dos países da CEE.

Uma outra «evolução positiva» do PCP notada pelos dirigentes do PC italiano foi no que respeita à NATO, traduzida nas palavras de Cunhal: «Antes do 25 de Abril de 74, éramos completamente contrários à permanência de Portugal na NATO. Agora (...) para solucionar isso, é necessário levar em conta o panorama internacional, a política de desanuviamento e



Cunhal desenvolve contactos para a «europeização» do PCP

outras questões complexas (...). Cunhal regressou de Roma com uma «carta de recomendação» importante: o comunicado conjunto PCP-PCI que diz que «as duas delegações, reconhecendo a diversidade dos dois países e as peculiaridades das linhas políticas determinadas pelos próprios Congressos (...) consideram importante a procura de convergências e de acordos dos socialistas e dos comunistas e das forças autenticamente populares». Cunhal não perdeu tempo e adaptou-se facilmente: ainda antes do início da viagem de Soares aos países da CEE para a «europeização» de Portugal, já Cunhal desenvolve contactos para a «europeização» do PCP...

REINTEGRAÇÃO

DE FASCISTAS

Pelo Diploma 40/77 é revogado o Decreto-Lei 471/76 a fim de que possam ser reintegrados todos aqueles que entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Abril de 1976 foram saneados das empresas privadas ou nacionalizadas. Diz este diploma que «são proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos» e declara «juridicamente in-existent» os saneamentos ocorridos durante as datas acima referidas.

Fica assim decretado que os fascistas podem voltar às empresas agora

já sem ter de haver as «votações» a que alguns ficaram «sujeitos». O articulado do decreto-lei especifica ainda que os saneados poderão recorrer no prazo de 90 dias ao Ministério do Trabalho para requerer a sua reintegração e caberá ao ministro do Trabalho confirmar ou não a existência de justa causa para o despedimento ou saneamento.

Conside ando a actuação de Marcello Curto nos últimos tempos não duvidamos que o número de reintegrados irá ser extremamente vasto...

FUNÇÃO PÚBLICA

É NECESSÁRIO COMBATER A DESMOBILIZAÇÃO E CONTINUAR A LUTA

Parece-nos de prever, neste momento, que mais um processo de luta está em vias de falhar na função pública, a não ser que os trabalhadores consigam, mercê de uma forte reflexão sobre o seu evoluir e as causas que o levaram ao fracasso, reconduzi-lo e obrigar o sindicato a convocar uma assembleia geral onde se organize a continuação da luta à volta do objectivo que mobilizou as camadas mais desfavorecidas deste sector — o aumento salarial.

Embora não sujeitos directamente às relações de produção do tipo capitalista (se bem que tão explorados como qualquer outro trabalhador) o que os torna, geralmente, menos combativos, os trabalhadores da função pública já mostraram em determinados momentos que possuem uma força real a ter em conta pelo poder e que são capazes de conduzir uma luta até ao fim e sem hesitações.

Lembramo-nos, a propósito, de quando, pouco tempo depois do 25 de Abril, o primeiro Governo Provisório se viu obrigado, perante a força então manifestada pelos trabalhadores da função pública, a anular a tabela salarial apresentada e por estes vivamente repudiada. Já nessa altura, sentindo a necessidade de organização, a condução desta luta brotou a partir de uma coordenação espontânea por contactos entre os vários Ministérios, numa altura em que o processo sindical se encontrava apenas em embrião e o reformismo não conse-

guira ainda a organização no sector para manipular e travar os justos anseios da classe.

A partir daí, e porque o 25 de Abril não foi ainda a Revolução Socialista, a única em que com a tomada do poder pelo proletariado todos os trabalhadores se libertarão dos múltiplos aspectos de opressão a que estão sujeitos, nunca mais a burguesia cujo poder se manteve permitiu tais desmandos aos «seus» servidores mais directos.

Não foi grande a implantação e a força das CTs neste sector, não tendo os trabalhadores sido capazes, pela sua já citada falta de consciência de classe, de impor aos elementos dessas estruturas o cumprimento das responsabilidades para que tinham sido eleitos, permitindo assim que permanecessem praticamente inalteradas todas as estruturas hierárquicas.

Foi, pois, na organização sindical que nunca tinham tido que os trabalhadores da função pública depositaram

todas as esperanças. E foi precisamente aí que a burguesia tudo investiu através de uma das suas armas — o reformismo.

A medida que a sua tão necessariamente sentida organização sindical se ia consolidando e na sua cúpula se implantava o PC, os trabalhadores da função pública foram criando a ilusão e a falsa confiança de que passariam a ter as suas estruturas de defesa como qualquer outro trabalhador.

Foi a partir daí, também, que nunca mais nenhum processo de luta encetado com objectivos bem determinados atingiria o seu fim vitoriosamente. Organizado, o Reformismo começa a actuar no sindicato servindo-se de todas as ambiguidades e subterfugios para escamotear as possibilidades de sucesso de qualquer reivindicação apresentada pelos trabalhadores sempre que estes manifestavam tendência a radicalizar as lutas.

Assim, posteriormente, já com o sindicato formado nunca este ouviu de facto, nem organizou a classe para fazer a sua vontade em questões como a das diuturnidades (os trabalhadores haviam votado por uma quantia correspondente a 10 por cento do vencimento da letra U e o Governo concedeu-lhes apenas 500\$000); como a luta contra o Decreto 294/76 (que punha

em risco o direito ao trabalho criando o Quadro Geral de Adidos).

Quer num quer noutra caso os trabalhadores da função pública, apesar de mostrarem uma grande capacidade e mobilização para a luta, foram totalmente traídos pela cúpula reformista do PC do seu sindicato que os utilizou, num dos casos por necessidade de campanha eleitoral, noutra como manifestação de força partidária, com vista a ganhar força a nível do Poder. Como já tínhamos afirmado anteriormente a tática traidora do PC não é ainda muito clara aos olhos da maioria dos trabalhadores pelo que se poderá prever que o período que irá seguir-se será, se estes não conseguirem recuperar o processo, certamente de desmobilização.

Caberá aos revolucionários, sobretudo aqueles que trabalham na função pública, impedir que essa desmobilização se instale tudo fazendo para esclarecer os seus camaradas de trabalho sobre as causas de desmobilização e demonstrar-lhes claramente que é na prática, à volta dos problemas concretos, que se devem organizar para intervir e tomar nas mãos a condução das lutas como único meio de impedir a traição de qualquer cúpula sindical e de dar passos sucessivos para a sua libertação.

TÊXTEIS

Os trabalhadores têxteis paralisarão totalmente na próxima quinta-feira se até lá o patronato não se comprometer a reiniciar as negociações do CCT vertical.

Os trabalhadores deste sector que iniciaram já há uma semana paralizações de uma hora em cada turno e de 15 minutos de duas em duas horas tentam deste modo pressionar os patronatos a recomenciar as negociações interrompidas logo no primeiro ponto que tratava da duração do Contrato.

Neste momento as dificuldades centram-se principalmente na retroactividade das cláusulas com conteúdo económico e no montante global dos aumentos salariais.

Quanto ao primeiro destes pontos os trabalhadores já acederam a que a publicação do CCT remontasse a 1 de Janeiro e não a 1 de Outubro como anteriormente era pretendido. No entanto o patronato recusou esta data, tendo contraposto o dia 1 de Fevereiro como data da publicação, isto é como data a partir da qual serão pagos os retroactivos. No segundo ponto os trabalhadores defrontam-se para além da oposição do patronato com a do

Governo que pretende que o montante global dos aumentos não ultrapasse os 15 por cento.

Aliás os trabalhadores foram alguns dos que o Conselho de Ministros considerou como desenvolvimento de uma luta política que visa pôr em causa «as instituições democráticas e em especial o Governo» e criar problemas ao Dr. Mário Soares na sua ronda pelos países da CEE com vista à integração de Portugal neste organismo.

A estas «considerações» dos srs. ministros os trabalhadores têm contraposto a sua unidade (em todo o país as adesões às paralizações ultrapassaram os 70 por cento) e a sua decisão de continuar a luta até à completa satisfação das suas reivindicações.

NORTE

Actualmente 3000 mil trabalhadores do sector têxtil, estão em luta pela aprovação do novo CCTUV para o sector.

Depois de várias assembleias gerais e discussões havidas em várias fábricas têxteis, acabou por ser aprovada uma proposta da comissão sindi-

cal negociadora, que conta da paralisação de 1 hora em cada turno e de 15 minutos de 2 em 2 horas.

Esta forma de luta ficou aprovada até nova decisão da CSN.

Entretanto, no Porto, realizou-se uma assembleia geral convocada pelos vários sindicatos envolvidos nas negociações e que contou com a presença de vários milhares de trabalhadores.

No início dos trabalhos foram dadas informações sobre o Congresso dos Sindicatos, quotizações sindicais e ainda sobre a situação actual das negociações.

Na discussão sobre as formas de luta a adoptar, para além da proposta da CSN viria a aparecer uma proposta de um grupo de sindicalistas que consistia na paralisação total no dia anterior às negociações.

Esta assembleia mostrou claramen-

te a saturação a que chegaram os trabalhadores têxteis. Com efeito se vimos que os trabalhadores deste sector estão ainda vinculados a um contrato que já caducou em Março de 1976 e, se atendermos aos baixos salários (mais de 1000 mil trabalhadores não ganham o salário mínimo nacional) que ganham os trabalhadores têxteis logo compreenderemos o porquê dessa saturação.

Vários trabalhadores nas suas intervenções demonstraram plenamente que estão fartos de negociações e, pretendem ver de vez os seus interesses de classe garantidos.

Assim, um delegado sindical da Firma Maitex e militante do PC, depois de fazer uma análise das «provoações reaccionárias» dos patronos, acabaria por afirmar «contra as provoções fascistas responderemos com a violência revolucionária».



A GREVE DOS PESCADORES



Durante 24 dias os homens do mar estiveram em greve. Em plenário os pescadores suspenderam-na. Porquê? Como estamos lembrados o secretário de Estado da Marinha Mercante requesitaria civilmente, à boa maneira fascista, os trabalhadores e barcos da Marinha do Comércio.

A luta continuou, sem cedências face às ameaças, unidos e organizados em torno dos seus justos objectivos.

Os secretários de Estado das Pescas e Marinha Mercante convocaram então os sindicatos para tentarem ainda impor as suas soluções: os trabalhadores não recuaram e conseguiram os seus objectivos:

— Criação de uma comissão de inquérito para a integração dos 10 pescadores do GORAZ.

— Continuação do controlo por parte do sindicato das escaladas de embarque (listas de pescadores desempregados);

— Credenciais passadas pelo sindicato para qualquer embarque como foi prática após 25 de Abril

— Declaração para inscrição marítima (novas cédulas) suspensas enquanto não for legislado com o acordo do sindicato; os filhos dos pescadores podem continuar a tirar cédulas

— quotizações: os secretários de Estado vão enviar ao MT ofício para o patronato continuar a descontar as quotas.

— Só a espírito de unidade, a organização, a luta intransigente dos homens do mar explica esta vitória.

A solidariedade da classe impedirá o avanço do fascismo e da recuperação capitalista, levará os trabalhadores à tomada do PODER.

OS PESCADORES E O NEO-TENREIRISMO

Estão lembrados os trabalhadores deste País de como o fascismo sabotava as lutas dos pescadores.

Por um lado a repressão policial, por outro fazendo inscrever como pescadores os desempregados e pequenos camponeses que engrossavam as fileiras dos que, à procura de um bocado de pão, aceitavam constituir as tripulações dos navios em greve. Acontecia que os pescadores feitos à última da hora nas capitánias lançavam na fome aqueles que lutavam pela dignificação do seu trabalho.

E aconteceu que as capitánias do porto se tornaram em organismos extremamente poderosos e corruptos, estrutura do poder tenreirista.

Após o 25 de Abril assistiram os pescadores, com cada vez maior preocupação, ao seguinte: nenhum dos vários governos que se iam sucedendo conseguia (ou tinha como vontade política) as alterações da estrutura do sector que aniquilassem de uma vez para sempre a terrível herança. Mas, uma coisa conseguiram os pescadores: serem eles a controlar de modo

mais ou menos directo (credenciais sindicais, escalas de desempregados) o que dizia respeito à defesa da classe nos seus postos de trabalho, nas suas lutas.

Mas os militares neotenreiristas sabem que para voltarem a ter o poder nas pescas basta pressionarem o Governo que não reestruturou o sector e que de sucessivas em sucessivas cedências à direita lhes criou o espaço para esse mesmo poder. E o primeiro passo é voltar a pôr nas capitánias o controlo sobre os pescadores. E o segundo passo é demonstrar que a secretaria das Pescas não é actuante, que o sector agrava a sua crise, que eles sim militares neotenreiristas é que sabem pôr os pescadores na formatura, eles é que sabem como se exploram os homens do mar; ... ainda não esqueceram o mestre.

E enquanto o Governo vai fazendo malabarismos para que a jogada não seja topada (era um desprestígio a denúncia da situação e os militares podiam ficar ressentidos) os pescadores não esquecem de quando a polícia marítima os reprimia por ordem dos almirantes. E o Governo ajudou bem a recordar esses tempos antigos quando permitiu que um almirante qualquer fizesse entrar a bordo do navio Goraz os polícias com as armas apontadas aos pescadores. Ai a memória trabalhou depressa, ai o 25 de Abril caiu. Os pescadores podem ter cometido erros, mas o Governo esse sim não errou, pois cumpriu o que lhe tem vindo a ser imposto: a repressão. Ou já lhe terá tomado o gosto?

Mas, atenção, agentes da repressão e governantes que não se oia o grito de homem ao mar!

TRABALHADORES EM LUTA PELO C.C.T.

AGÊNCIAS DE VIAGENS

Os trabalhadores das Agências de Viagens efectuaram já paralizações durante dois dias (uma na quinta-feira e outra na segunda) para exigir ao governo a publicação de uma portaria que estenda o CTT às empresas provadas, como tinha sido prometido pelo Ministério do Trabalho numa anterior paralização no fim de 1976.

Os trabalhadores decidiram paralisar de novo na próxima quinta-feira visto que a Enatur (empresa pública) ainda não apresentou qualquer alternativa que possibilite a aplicação da portaria.

No plenário realizado na segunda-feira à tarde, onde foi decidida a nova paralisação, foi também aprovado que será apresentado nas agências noticiosas de todo o mundo o seu plano de luta, nomeadamente o horário das paralizações que os trabalhadores realizarão em

tre Março e Outubro caso as suas reivindicações não sejam satisfeitas até ao fim deste mês.

PANIFICAÇÃO

Os trabalhadores da Panificação vão realizar assembleias e plenários de trabalhadores por todo o país a fim de decidirem quais as formas de luta a adoptar, perante a posição do Governo que se recusa a publicar uma portaria que actualize a tabela salarial, o que constituía a promessa do Ministério do Trabalho que levou os trabalhadores a suspender a greve desencadeada em Outubro.

Os trabalhadores da panificação insurgem-se também contra o projectado e anunciado aumento do

preço do pão, considerando que as suas reivindicações não obrigarão a tal aumento.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Numa conferência de Imprensa realizada no passado, dia 14, a Comissão Negociadora do CTT da Construção Civil anunciou o desencadear de novas formas de luta pelos trabalhadores deste sector caso até ao fim do corrente mês não seja estabelecida uma data limite para a conclusão das negociações do contrato.

O Contrato está em negociação desde Maio de 1975 e os trabalhadores consideram que os aumentos salariais então verificados já foram completamente ultrapassados pelo aumento do custo de vida.



dos trabalhadores

AS RENDAS DE CASA VÃO AUMENTAR?

A A.I.L. (Associação dos Inquilinos Lisbonenses) elaborou um comunicado em que analisa um projecto de aumento das rendas de casa que segundo alguns jornais noticiaram teria sido enviado para discussão em Conselho de Ministros.

Este projecto de decreto de lei se for aprovado permitirá, segundo a A.I.L., «aossenhiosdeprédiosurbanos com rendas fixadas desde 1943, aumentar estas a partir de Julho do corrente ano, segundo as taxas estabelecidas pelo Decreto-Lei 445/74. Assim, por exemplo, os inquilinos com rendas fixadas em 1943 seriam obrigados a pagar uma renda 3,2 vezes maior que a actual».

Depois desta breve análise daquilo que segundo fontes oficiais constitui o projecto de decreto-lei, a AIL «põe em dúvida que se ouse legislar aumentos de renda de casa, numa grande parte já de valor especulativo e numa outra grande parte relativas a casas antiquadas sem condições de habita-

bilidade», salientando depois que mesmo os Governos fascistas nunca usaram aumentar as rendas, tais as implicações sociais que tal medida acarretaria.

Depois de afirmar a esperança em ver tais notícias desmentidas pelo Governo, esperança essa até agora não concretizada, a AIL denuncia esta medida como parte da decisão do Governo «várias vezes expressa pelos seus membros de obrigar os inquilinos a pagar a inflação e as custas de uma política habitacional que tem em vista conquistar os favores de uma minoria em prejuízo da grande maioria da população».

O comunicado termina apresentando desde já o protesto da AIL pelo facto de «tal como antes do 25 de Abril se continuar a legislar sobre habitação e inquilinato sem consultar previamente as organizações representativas dos inquilinos e dos moradores em geral».

No prosseguimento da tomada de posição contra este projecto de decreto-lei, realizou-se uma conferência de imprensa, onde um representante da Associação, depois de uma análise do projecto, afirmou que só uma ampla mobilização e movimentação dos moradores se poderá opor à legislação, tendo sido também feito um convite ao ministro da Habitação (o responsável pelo projecto) para se demitir ou caso não o faça que seja «a população a demiti-lo».

DESPEJOS

Entretanto, enquanto o Governo procura a melhor maneira de defender os senhorios, estes com a ajuda «das forças da ordem» prosseguem os despejos das casas que consideram «ilegalmente ocupadas»:

Para a última semana estavam marcados três despejos que se não realizaram devido à solidariedade de outros moradores, tendo-se nalguns casos assistido à oposição das próprias autoridades administrativas da zona, como é o caso de uma habitação na Calçada da Rinchoa. Esta casa foi ocupada em 1975 com o apoio da Comissão de moradores e vivem nela, neste momento, 10 pessoas. Quando se deu a ocupação a casa encontrava-se abandonada há quatro anos e posteriormente o senhorio tem recusado propostas dos ocupantes para ser estabelecida uma renda.

Numa outra casa também ameaçada de despejo situada na Rua José Falcão onde vivem 3 mulheres e duas crianças, o senhorio recusou-se a assinar com o advogado dos moradores um contrato de arrendamento, tendo-se o advogado comprometido a pagar além da renda o preço das obras que o senhorio diz pretender fazer.

Verificou-se ainda uma tentativa de despejar os moradores de uma casa no Murtal, Parede, em consequência da qual se realizou uma manifestação de moradores que levaria à detenção de um elemento da Comissão de Moradores, posteriormente libertado.



SUPERMERCADO BOMBARATO CACÉM EM LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO

Como resposta a uma ordem de demissão dada pela gerência aos trabalhadores da loja do Cacém da cadeia de Supermercados Bombarato, estes resolveram manter-se nos seus postos de trabalho, com ocupação das instalações.

Trata-se de um caso exemplar da recuperação capitalista e da consequente resposta dos trabalhadores. A cadeia Bombarato, com lojas em Cacém, Mem Martins, Queluz, Linda-a-Velha, Benfica, Pontinha e Est. da Luz, esteve a funcionar em auto-gestão durante dezasseis meses, tendo em 13 de Setembro de 1976 sido restituída aos antigos patrões por pressão do Ministério do Trabalho, e como consequência de um assalto às instalações de Mem Martins por parte da entidade patronal e de um grupo de 26 pessoas estranhas à empresa.

Entretanto o processo de recuperação começou com a suspensão dos cinco elementos da antiga Comissão de Gestão e culmina com o despedimento desses elementos, mais os 14 trabalhadores do Cacém que com eles se solidarizaram.

A resposta a esta atitude, foi clara e rápida por parte dos trabalhadores: não saíram dos seus postos de trabalho, e permanecem na loja durante a noite, isto até que seja anulada pela entidade patronal a ordem de despedimento.

Esta justa luta dos trabalhadores é

neste momento apoiada até pelo sindicato dos trabalhadores do Comércio. Nem as atitudes conciliatórias do Ministério do Trabalho, que se recusa tomar qualquer posição, nem a presença intimidativa da GNR do Cacém no supermercado, nem o corte do telefone, nem a ocupação patronal do Supermercado de Mem Martins fazem recuar os trabalhadores, que neste momento se encontram numa situação difícil para manter o Supermercado em funcionamento: são obrigados a esperar pelo dinheiro das vendas realizadas num dia, para comprar produtos para o dia seguinte. No entanto a determinação dos trabalhadores é firme. «Daqui não saímos nem à força», disseram-nos

LUTAS

STCP

Paralisação por sectores como forma de luta pelo acordo colectivo de trabalho. Contra a divisão salarial e o aumento do custo de vida. Entretanto foi refutada uma proposta do conselho de gerência.

FERTEX — SCHIMMING

1 milhar de trabalhadores destas empresas têxteis esperam do Governo uma decisão sobre a sabotagem económica que está a ser feita pelos patrões que as abandonaram. A sua situação é penosa e difícil pois a falta de crédito não lhes permite assegurar matéria-prima para a realização de um trabalho normal.

SERRALHARIA DE SANTARÉM — MAIA

Encontram-se em luta cerca de 20 trabalhadores que estão numa situação difícil vítimas de um patronato vário, que lhes apresenta como única saída o desemprego. A empresa encontra-se perto da falência mas os trabalhadores e a sua comissão estão decididos a ir até ao fim na sua luta pelo direito ao trabalho e se necessário formarem mesmo uma cooperativa.

FÁBRICA DE TECIDOS LIONESA — LEÇA DO BALIO

Prevê-se a entrada em greve destes trabalhadores devido a atitudes fascistas e processos disciplinares levantados sem fundamento, para além de questões salariais.

METALÚRGICOS — PORTO

Realizou-se um plenário do sector com a presença de cerca de 3000 trabalhadores que teve como objectivo o informar sobre a actual situação no que respeita ao CCT, e a paralisação e ruptura das negociações com as associações patronais. Tomaram ainda os trabalhadores posições sobre a lei das quotizações sindicais que consideraram um lei que serve o capitalismo nacional e internacional e em moção pediram a sua suspensão.

Entretanto, e depois de várias intervenções de grande firmeza política e de luta, viria a ser aprovada uma proposta de confiança à C.N. Sindical. Mais plenários entretanto surgirão por todo o País.

GRUJO — FÁBRICA COTESI

O patronato divide os trabalhadores admitindo 16 operários por contacto efectuado através do chefe do pessoal.

Só dessa forma, ou seja, pessoalmente, se vai movimentando no sentido de quebrar a firme unidade da maioria dos trabalhadores como ainda há dias foi referido no «Revolução».

Entretanto os trabalhadores químicos em luta contam com importantes apoios que dia a dia alfuem à fábrica. Disto é exemplo a campanha de solidariedade operária que se está a levantar.

FUNÇÃO PÚBLICA

Prevê-se, inclusive no Norte, uma jornada de luta dos trabalhadores no dia 15 de Fevereiro contra o esquecimento de que têm sido vítimas os trabalhadores e as suas organizações, esquecimento esse demonstrado com a legalização dos novos salários sem consulta aos mais directamente interessados, os trabalhadores da função pública.

REVOLUÇÃO

No dia 1 de Junho de 1974 surgiu o n.º 1 do «REVOLUÇÃO», porta-voz do então Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias, que mais tarde se viria a transformar em porta-voz apenas do PRP, aquando da ida das BR para a clandestinidade.

«REVOLUÇÃO» SEMANAL

Desde então passaram trinta meses e meio, durante os quais o «Revolução» procurou sair com regularidade semanal, excepto durante os meses de Agosto de 74, 75 e 76 em que o «Revolução» saiu apenas com números especiais de Verão. No entanto, houve algumas semanas ao longo destes dois anos e meio em que o «Revolução» não saiu, devido a dificuldades insuperáveis.

O «Revolução» começou por ter oito páginas, depois passou para doze e depois para desasseis, sofrendo no entanto por vezes alterações no número de páginas, tanto para mais como para menos, de acordo com a situação de momento.

PUBLICAR ESTE JORNAL UM ESFORÇO DE MILITÂNCIA

A publicação semanal do «Revolução» tem correspondido a um grande esforço, visto que a redacção deste jornal não é constituída por uma equipa profissional com meios profissionais ao seu dispor, mas sim por uma equipa de militantes, com todas as suas limitações. Corresponde pois a um esforço constante de militância. A publicação deste jornal é, desde as reportagens aos artigos de fundo, passando pelas fotografias, pela paginação, um trabalho de militantes para quem a existência dum porta-voz do PRP é um objectivo importante.

As dificuldades a ultrapassar são não só dificuldades técnicas, como dificuldades financeiras, visto que custa caro a produção dum jornal. Para cobrir esses gastos financeiros recebe-se dinheiro da venda militante, da

venda comercial, dos assinantes e também de donativos, que em alturas difíceis da vida deste jornal têm chegado vindos dos pontos mais diversos. Mas a venda militante não é suficiente e tem de ser incrementada, no sentido dos militantes fazerem chegar às mãos dos outros trabalhadores a informação e a análise do PRP.

Quanto à venda comercial, ela é extremamente difícil: desde o início da publicação do «Revolução», este jornal já mudou de distribuidora quatro vezes. Para além das dificuldades habituais dos serviços de distribuição em Portugal, que sofrem consequências da crise do sistema, o «Revolução» sofreu e sofre boicotes de várias ordens nos vários níveis do circuito de distribuição. Actualmente podemos dizer que a maioria dos postos de venda de publicações boicotam os jornais de esquerda, por posição de classe. Basta ver os escaparates de livrarias, tabacarias e outros postos de venda para se fazer uma avaliação rápida do critério que preside à promoção de venda — os jornais nazi-fascistas são as vedetas.

O «Revolução» rema pois contra a corrente da ideologia dominante e da engrenagem dominante na sociedade capitalista. Mas a sua função é exactamente lutar contra essa sociedade.

O «REVOLUÇÃO» NÃO É UM JORNAL ESQUERDISTA ESTUDANTIL

A redacção deste jornal, de acordo com a orientação do PRP, não é constituída, ao contrário do que acontece em muitos partidos de esquerda, por estudantes que nas horas vagas se dedicam a escrever um jornal. Isso



lê o jornal

Revolução

porta-voz do PRP

daria facilidades de tempo, de disponibilidade e até de rapidez e eficácia técnica da redacção, mas conduziria ao desvio habitual do esquerdismo estudantil.

Ao contrário disto, a equipa do «Revolução» é constituída por camaradas que têm feito um esforço no sentido de aprenderem a escrever um jornal; a esta realidade correspondem reais deficiências do «Revolução», mas preferimo-las a desvios estudantis ou intelectuais.

UM JORNAL QUE FAZ PROPAGANDA DA REVOLUÇÃO E NÃO DUM PARTIDO

Por outro lado, o «Revolução» tem seguido o critério de apenas reservar cerca de uma das suas desasseis páginas à propaganda do PRP. Ou seja, só numa dessas desasseis páginas se fala deste partido e das suas actividades. As outras falam da actualidade nacional, das lutas dos trabalhadores, das lutas revolucionárias noutros países, do processo de organização e de unidade dos trabalhadores, autonomamente dos partidos. Isto corresponde à orientação do nosso partido, a qual põe à frente da organização partidária tudo o que é organização autónoma nos trabalhadores.

OS ATAQUES DO PODER

Ao longo destes dois anos e meio o «Revolução» sofreu ataques da parte do Poder. O primeiro foi uma multa que lhe foi aplicada pouco tempo após a sua publicação, (quando saiu a lei de Imprensa) por ter publicado um comunicado do MFA de Moçambique. Mas a redacção do «Revolução» resolveu não pagar... E deu-se então um episódio que ficará pelo menos na nossa história. Pegámos no papel que nos levava ao pagamento da multa e um camarada foi até S. Bento entregá-lo a Melo Antunes «para que o MFA pagasse, uma vez que a lei de Imprensa era contrária ao Programa do MFA». Melo Antunes, que nesse

dia séria pela primeira vez investido das funções de ministro, aceitou o papel, disse ao nosso camarada que era bom evitar as divisões dentro do MFA... E não sabemos se o MFA pagou ou não a multa. Nós não a pagámos.

Mas já não foi neste clima que as coisas se passaram após o 25 de Novembro. Após o 25 de Novembro o nosso jornal teve tantos processos, que lhe perdemos o conto. Mas a gravidade dos processos traduz-se bem na caução imposta à nossa directora para possibilitar que não fosse presa — cem contos! A investida contra o «Revolução» foi pois uma tradução da investida contra o PRP. O único jornal partidário a ir a tribunal, o único director a ser ameaçado de prisão, o único director a ficar durante meses em liberdade condicional. Mas vieram as amnistias... E como foram amnistiados todos os crimes de Imprensa, o «Revolução» também foi na onda. Mas... o procurador geral da República apelou para segunda instância. E é neste ponto que estamos.

No entanto, a investida contra o «Revolução» servia para nos demonstrar a solidariedade de vastas camadas de trabalhadores que nos fizeram chegar a sua adesão, o seu apoio em dinheiro a sua presença massiva no dia marcado para o julgamento da directora deste jornal. Por outro lado, as testemunhas indicadas para esse julgamento demonstraram também a capacidade de unidade na luta antifascista, visto que abarcaram vários quadras da esquerda portuguesa.

O «REVOLUÇÃO» E O FUTURO

Aquilo que o «Revolução» será no futuro depende do que for a situação política. Um grande jornal diário se o Poder vier a ser um poder revolucionário, um jornal clandestino se a situação evoluir para o fascismo. Uma coisa é certa — por muito que os nossos inimigos o queiram destruir, não o destroim. O «Revolução» continuará. O «Revolução» continuará a lutar pela Revolução.

FESTIVAL DE CINEMA — "REVOLUÇÃO"

Realiza-se nos próximos dias 24, 25 e 26 um festival de cinema promovido pelo jornal «Revolução» para comemorar o seu 100.º número. A projecção dos filmes sobordina-se ao seguinte calendário:

DIA 24 — «Direito à habitação»
«Atadeiras de Peniche»

DIA 25 — «Uma família alentejana»
«Nascer, viver e morrer»

DIA 26 — «Os caminhos da liberdade»
«Uma Alzira como tantas outras»

TIMOR À INVASÃO

Concluimos neste «Revolução» a publicação do documento editado pelo CIDAC sobre a luta do povo de Timor Leste e da Fretilin contra o volonialismo e o imperialismo e pela independência Nacional, cuja transcrição iniciámos no último jornal.

Incapaz de ganhar o apoio ao seu programa, os dirigentes da U.D.T. perceberam que a única forma de manterem os seus privilégios era desistirem da causa da independência, favorecerem a integração e tornarem-se os representantes locais do poder indonésio. O que não era difícil depois de terem já servido os portugueses. Na realidade, se durante vários meses defenderam o direito à independência (Setembro 74-Abril 75), foi por verem o desejo profundo do povo que queria ser independente.

Durante os meses de Junho a Agosto 75 os dirigentes da U.D.T. deslocaram-se várias vezes à Austrália e à Indonésia, onde estudaram o plano de um golpe para destruir a Fretilin.

Há a referir um aspecto importante para a compreensão do processo de Timor: em Maio 75 o Governo português apresenta aos dirigentes dos três principais partidos políticos um programa de descolonização baseado no princípio do reconhecimento, por Portugal, do direito do povo timor à independência, elegendo em Outubro 75 um Governo de transição e uma assembleia consultiva, eleita pelas autoridades locais, as quais decidiriam do método de eleição de uma assembleia constituinte.

Assim, a 7 de Maio começaram as conversações em Díli entre o Governo português representado pelo Major Vitor Alves e a U.D.T.-Fretilin. Visto a Apodeti ter recusado participar, estas foram adiadas para Junho. Pouco depois a coligação U.D.T.-Fretilin foi rompida, alegando a U.D.T. que alguns dos oficiais do M.F.A. em Timor apoiavam a Fretilin e a Fretilin alegando que os dirigentes da U.D.T., e mais concretamente o seu vice-presidente César Mouzinho, tinha assegurado apoio clandestino da Indonésia em troca de futura influência dos generais de Jakarta nos assuntos internos de Timor Leste.

A CONFERÊNCIA DE MACAU

Quando a 26 de Junho se realiza a Conferência de Macau com o fim de elaborar um programa de descolonização, estavam apenas presentes os representantes da U.D.T. e da Apodeti, tendo a Fretilin decidido boicotar as conversações em parte devido à inclusão da Apodeti, a qual em considerada pela Fretilin como um grupo não representativo e inimigo da independência. Para a Fretilin, nessa conferência ia ser negociado o direito do povo de Timor Leste à independência, e de acordo com o programa da Fretilin e com a Carta das Nações Unidas,

o direito à independência não pode ser negociado visto ser um direito.

Como conclusão da conferência de Macau decidiu-se a promulgação pelo Governo português, em Julho, de uma lei constitucional 7/75 que aponta para a formação de um Governo de transição, que preparasse as eleições de uma assembleia popular em Outubro de 1976.

O Governo de transição deveria ser composto por um Alto Comissário designado por Portugal, mais cinco membros, dois representantes do Governo português e os outros três escolhidos pelos partidos políticos mais representativos.

A lei previa ainda a criação de um órgão de apoio ao Governo composto por dois membros eleitos em cada concelho regional e quatro membros designados por cada partido político.

A assembleia popular, a ser eleita por sufrágio directo, secreto e universal, deveria ser responsável por determinar o futuro statu do território. A



soberania de Portugal terminaria em Outubro de 1978, a não ser que outro acordo fosse celebrado neste período.

A posição da Fretilin face aos resultados da conferência foi a de continuar a exigir como condição prévia a qualquer acordo a declaração, por parte do Governo português, da sua intenção de reconhecer a independência total de Timor Leste. Recusou-se ainda a apontar os seus representantes para o Governo de transição, e intensificou a sua actividade nas zonas interiores, preparando-se para as eleições de Outubro 76.

Entretanto, Francisco Lopes da Cruz, declarou em Jakarta que estaria de acordo com a integração de Timor Leste na Indonésia, caso isso correspondesse ao desejo do povo. Admitiu ainda a possibilidade de cooperação entre a U.D.T. e a Apodeti, afirmando que já estavam a ser feitos contactos para tal. A 6 de Agosto 75 o presidente da U.D.T., Lopes da Cruz, declarou em Kupang, depois de ter travado conversações com o governador de Timor indonésio: «nós somos realistas. Se quisermos ser independentes, temos que nos orientar pela linha política da Indonésia. Outro modo seremos independentes apenas algumas semanas».

O GOLPE DA U.D.T.

O crescente apoio à Fretilin suscitou o receio junto das forças reaccionárias de Timor Leste e junto do regime fascista da Indonésia.

Depois da visita dos dirigentes da U.D.T. à Austrália, à Indonésia, a Taiwan, e a Hong-Kong, a U.D.T., na noite de 10 para 11 de Agosto, apoiada pelos elementos mais reaccionários da administração portuguesa, desencadeia um golpe. Até ao último momento a Fretilin tentou persuadir as autoridades portuguesas a intervir, tomando as medidas necessárias para evitar o golpe. No entanto os seus apelos não obtiveram qualquer resposta. Perante isto, na noite de 10 de Agosto o Comité Central da Fretilin recolhe às montanhas.

A U.D.T. começou por assaltar as instalações da polícia nas duas principais cidades, Díli e Baucau, tomando conta em seguida da estação de rádio e do aeroporto. Seguiram-se buscas a casa dos dirigentes da Fretilin e o assassinato de família inteiras de simpatizantes deste partido. Face a estas acontecimentos, a posição do governador português, coronel Lemos Pires, foi de passividade, tendo-se recusado a ordenar às tropas portuguesas que desarmassem a U.D.T. e obrigando as tropas pró-Fretilin a manterem-se nas unidades.

A U.D.T. apresenta um ultimatum às autoridades portuguesas exigindo a independência imediata e a prisão de

todos os dirigentes da Fretilin. Os seus ataques continuam, tendo cerca do Quartel General e posteriormente entrado em conversações com as autoridades portuguesas.

No início a U.D.T. não definia correctamente a sua posição, solicitando apenas a não interferência dos militares.

A acção da U.D.T. concretizou-se através de:

— tomada do porto, aeroporto e rádio

— tomada do Palácio das Reparações.

— tomada do depósito de água e central eléctrica

— controlo de ruas e estradas de acesso ao Quartel General

— utilização do emissor do aeroporto para as suas emissões

O Governo português rejeita o ultimatum e pediu que se realizassem conversações entre a U.D.T. e a Fretilin.

A Apodeti, por seu lado, diz concordar com o processo utilizado pela U.D.T. e no dia 12 emite um comunicado no qual declara que «a Indonésia não deixará de proteger o povo de Timor português que quer a integração».

No dia 13 começaram os conflitos em Díli e Baucau, tendo a U.D.T. conseguido controlar estes centros urbanos, não tendo a administração portuguesa conseguido intervir aparentemente devido às dúvidas acerca da lealdade das tropas timoresas.

Pouco tempo depois o exército português desintegra-se. Os soldados timoreses desertaram em grande parte, levando consigo as armas e indo juntar-se aos partidos envolvidos no conflito, principalmente à Fretilin, a qual, como era sabido, tinha a simpatia da maioria das praças.

Em 15 de Agosto o Comité Central da Fretilin apela para a resistência armada em todo o território nacional. Tropas pró-Fretilin, comandadas por Rogério Lobato, conseguiram o Quartel General e o depósito de munições em Díli.

A guerra civil atingiu um dos pontos mais quentes em fins de Agosto e princípios de Setembro, com as forças da U.D.T. a serem progressivamente derrotadas pela Fretilin. Um mês após o golpe a situação estava totalmente interdita. Em meados de Setembro a Fretilin já havia reconquistado Díli e Baucau e controlava a maior parte do território. A U.D.T. e a Apodeti estavam derrotadas, os seus dirigentes presos ou fugidos para a Austrália e Indonésia. Entretanto o governador e militares portugueses retiraram-se em 29 de Agosto para a ilha de Ataúro.

Nos fins de Setembro a Fretilin controlava todo o território de Timor Leste, com excepção do enclave de Oecussi e da ilha Ataúro.

DO 25 DE ABRIL INDONÉSIA



to a Fretilin num telegrama enviado a Adam Malik em 16 de Setembro propunha a constituição de uma força de paz conjunta da Fretilin e Indonésia para patrulhar a fronteira. A proposta foi recusada.

O Governo português que ia sendo posto ao corrente da situação não desenvolveu qualquer acção para evitar a invasão indonésia.

A ACTUAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS DE 22 DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 1975

No seu regresso a Lisboa, Almeida Santos propôs a realização de um encontro em Macau entre os três partidos políticos, a 20 de Setembro. Isto não veio a suceder devido à crise governamental em Portugal.

Perante a grande dificuldade de reunir os três partidos, a Comissão de Descolonização reunida em Lisboa a 23 de Setembro, emitiu um comunicado reafirmando que nunca aceitará negociar apenas com uma das forças políticas. Após este encontro a Comissão Nacional de Descolonização enviou telegramas aos presidentes da Fretilin, U.D.T. e Apodeti propondo conversações, as quais se deveriam realizar na Austrália entre 15 e 20 de Novembro.

De acordo com um comunicado da Comissão Nacional de Descolonização de 29 de Novembro 75, os três partidos aceitaram, embora com algumas reservas, a realização da conferência. Algumas dificuldades surgiram mais tarde da parte da U.D.T. e da Apodeti quanto à escolha da data e local, acabando por nunca se realizar.

28 DE NOVEMBRO — DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

A partir de Setembro o Governo português demitiu-se de qualquer acção que visasse a defesa do povo de Timor e que tentasse neutralizar a acção criminosa da Indonésia.

Tendo em conta que quem na realidade tomou as rédeas do Governo a partir desta data foi a Fretilin, que foi capaz de mobilizar o povo para a luta de resistência contra agressão estrangeira, o Comité Central da Fretilin declarou em 28 de Novembro 75 a independência de Timor Leste e a criação de um novo estado — a República Democrática de Timor Leste.

Em 1 de Dezembro 75 Xavier do Amaral apresentou ao povo de Timor o primeiro Governo democrático.

Após a declaração da independência pela Fretilin, a U.D.T. e a Apodeti proclamaram a integração de Ti-

mor Leste na Indonésia. O governoportuguês rejeita ambas as proclamações e faz saber que é Portugal quem tem a soberania sobre o território e condena a intervenção militar em Timor.

A 1 de Dezembro Malik garante aos dirigentes dos partidos pró-indonésios todo o apoio que precisarem para combater a Fretilin.

Por outro lado, o Governo australiano anuncia em 29 de Novembro, não reconhecer a declaração unilateral da independência.

Nas últimas semanas de 75 a força aérea e a armada indonésia bombardeavam a costa norte.

Dando a invasão como inevitável, a Fretilin, começou a mobilização do povo para uma longa luta de resistência.

A 7 de Dezembro, poucos dias após a proclamação da independência, Díli e Baucau são bombardeadas e arrasadas pelas tropas indonésias.

A invasão começou.

A INVASÃO INDONÉSIA

Mais uma vez a História registou um dos crimes mais bárbaros e cruéis contra um povo, cujo delito consistiu em querer ser livre e independente, depois de 500 anos de exploração colonial.

A justificação desta agressão não foi um conflito entre dois países, mas a agressão de um Governo que dispõe de um poder militar mais forte (e que é utilizado para reprimir o seu próprio povo) e tem de assegurar, custe o que custar, a «estabilidade» da região.

Alguns governos condenaram a agressão contra a R.D.T.L., outros apenas a lamentaram, outros nem sequer se dignaram fazer um comentário. O motivo desta atitude: o receio de arriscarem as boas relações com a Indonésia, o que significaria a perda dos seus interesses económicos e políticos naquela área.

O FRACASSO DA POLÍTICA DE AGRESSÃO

Nos meses de Julho e Agosto 76 os indonésios reforçaram a sua agressão contra a República Democrática de Timor Leste, na esperança de poderem alcançar algumas vitórias até 17.8.76, data anunciada oficialmente para a anexação de Timor, ou até ao começo das chuvas.

Mas apesar de tudo, os resultados foram fracos. Os ocupantes indonésios controlam apenas algumas regiões como Díli, Baucau, e as aldeias próximas da fronteira com Timor ocidental. Deslocar-se para fora destas zonas, só de helicóptero. Por todo o lado se luta, e as tropas indonésias têm suportado numerosas baixas.

Por isso vingam-se nas populações civis que se encontram em seu poder, e que foram lançadas em campos de concentração, por meio de execuções, massacres e violações.

O efectivo militar indonésio estacionado em Timor é superior a 32.000 homens, não contando com os 10.000 que se encontram em Timor ocidental. Calcula-se que 1/6 das forças armadas indonésias participa na ocupação de Timor Leste.

Mas cada vez mais frequentemente as tropas se recusam a obedecer às ordens dos oficiais, que os obrigam a fazer patrulhas ou «raids» em helicópteros. Segundo fontes seguras, provenientes de Jakarta, mais de 100 membros de uma unidade especial da marinha indonésia devem já ter-se entregado à Fretilin.

A moral das tropas é tão baixa, que têm até dificuldade em assegurar o abastecimento dos géneros de primeira necessidade. E quando tentam abordar os camponeses directamente, encontram uma forte resistência organizada.

A RESISTÊNCIA DO POVO TIMOR

A Fretilin considera como sua tarefa principal levar para a frente e incentivar a discussão sobre os problemas sociais presentes e futuros, em todos os domínios.

Assim, realizou-se entre 15 de Maio e 2 de Julho 76, nas regiões controladas pela Fretilin a Segunda Conferência Plenária do Comité Central da Fretilin. Ai se constatou que seis meses após a agressão da Indonésia, a resistência do povo permanece, apesar da escalada das operações militares dos invasores.

As discussões sobre a linha político-militar que o povo timor seguiu na sua luta contra o imperialismo, o colonialismo e todas as formas de exploração, ocuparam um espaço bastante importante. Definiram-se tarefas práticas, e foram fixadas as atitudes dos membros do Comité Central em todos os planos.

Algunas divisões da Fretilin e cargos governamentais foram remodelados pouco tempo depois desta conferência, e outras estruturas de base foram modificadas, para melhor se adaptarem à situação da luta armada.

Nas zonas libertadas o povo continua a organizar-se, tentando desenvolver as cooperativas de produção, e não abandonam as campanhas de alfabetização iniciadas, pois a consciencialização política é o motor da mobilização popular.

O material de guerra utilizado pela Fretilin é muito variado: armas tradicionais do povo (setas, arcos, lanças, etc.), armas modernas do arsenal do exército colonial e armas apreendidas ao exército indonésio.

Após este período, a Fretilin cedeu quanto à sua exigência de imediata independência e declara que apoiava a formação de um Governo provisório em 1976 e a realização de eleições para a assembleia popular, ao que se seguiria a independência.

Entretanto, nos fins de Setembro, a U.D.T., a Kota e o Partido Trabalhista anunciam a formação de uma coligação em Timor indonésio, chamada Movimento Anti-Comunista (MAC).

A U.D.T. declara agora que apoia a integração e que havia solicitado à Indonésia que interferisse militarmente para pôr fim à crise.

A SITUAÇÃO MILITAR / PARTIR DEMAÇOS DE SETEMBRO

Pouco depois de guerra civil ter terminado, começaram os conflitos na zona fronteiriça entre as forças de Timor Leste e a Indonésia. Estes ataques aumentaram a partir de meados de Outubro, quando se deram violentos recontros em Batugadé, tendo barcos de guerra e artilharia pesada bombardeado a localidade. A seguir foram atacadas Balibó e Malina, vendo-se a Fretilin forçada a recuar.

A U.D.T. e a Apodeti estavam, segundo a Fretilin, a ser apoiadas pelas forças indonésias que utilizavam a Força Aérea e a Armada no conflito, para evitar a continuação deste confli-

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, ___ Lisboa

EDITORIAL

Rocha Vieira foi a Lamego explicar sobretudo porque é que um certo número de oficiais vão ser chamados a Conselho de Disciplina Isto é, ao falar no necessário apertadismo dos militares, Rocha Vieira procura explicar pelo «partidarismo» as culpas que serão imputadas aos militares de esquerda do exército a quem sucederá o mesmo que na Marinha aconteceu a Rosa Coutinho Essa lista de militares de esquerda do Exército sobre quem cairá a mão duma justiça militar feita para defender a burguesia consta que é em número de cerca de 60 Este é pois um processo legalista de arrastar militares (muitos deles «militares de Abril») que as forças de direita querem escovar

Este é o estilo que caracteriza também a Presidência da República empenhada num rigor de julgamento ao pós 25 de Abril que se acompanha de benevolência sem par em relação aos antes do 25 de Abril As razões desta disparidade de julgamento não residem na antipatia pessoal do Presidente da República, residem sim em razões de classe, que são as únicas que importam na História O actual Poder de Estado português defende a burguesia e pressegue aqueles que se põem do lado dos trabalhadores

O que torna este poder ambíguo e que contribui aliás para a sua instabilidade no sentido de que ele não seja desde já um poder autoritário de direita, é a presença dentro do Poder duma corrente antifascista A presença dessa corrente antifascista toma em Portugal um carácter especial, dadas as dificuldades da economia, dado o recente passado fascista e dadas as características das Forças Armadas, por onde passou com força o vento do 25 de Abril São essas razões que conduzem a fortes oposições dentro do Poder e que conduzirão a rupturas

É neste sentido que se têm que interpretar as palavras de Vasco Lourenço em Mafra e a oposição que contra ele se levantou

É por ainda existir a possibilidade do governador Militar de Lisboa fazer as afirmações que fez, é por uma maioria do Conselho da Revolução lhe manifestar solidariedade, é por Costa Neves ainda pretender levar a tribunal os oficiais do 11 de Março, é por existirem ainda nos quartéis muitos oficiais antifascistas que a direita pesará as dificuldades de fazer desde já um golpe fascista No entanto, a direita não pode sustentar a situação actual e terá que encontrar a curto prazo soluções autoritárias para conter pela repressão os revolucionários e as lutas dos trabalhadores

Perante estes dados resta a possibilidade ao Presidente da República de instaurar o governo presidencialista que lhe daria as possibilidades de ultrapassar as dificuldades do actual Governo em relação à recuperação capitalista e que lhe conferiria poderes para uma primeira fase de repressão Esta constituição de um governo presidencialista é no entanto tarefa difícil para um Presidente da República, a quem fugiria a maioria da Assembleia da República e que se veria obrigado a dissolvê-la

No entanto, sejam quais forem as cartas que a direita jogar de imediato, há dados certos na evolução do País Os empréstimos e a entrada da CEE serão regateados e condicionados, o ritmo da crise económica é progressivamente acelerado

A par disto, as massas trabalhadoras não se conformarão com o desemprego e com salários de fome e virão constantemente para a rua lutar por melhores condições Nesse aspecto, este País será sempre um mar agitado — à vaga das lutas dos ténis segue-se a dos pescadores E quando se pensa que Lisboa é uma região relativamente tranquila comparada com o Alentejo ou com as zonas de ténis do Norte, já as lutas começam na capital, por causa da ameaça do desemprego É em relação a este mar agitado das massas trabalhadoras que a direita fez as suas contas e pensa o seu calendário É também em relação a estas movimentações que a esquerda tem de pensar a sua organização e a sua unidade Para a direita e para a esquerda há uma carta que jogará com muita importância — a dos antifascistas que estão dentro do Poder

A POSIÇÃO DO M.E.S.

Quando o P.C. reconhece o perigo de um golpe fascista, quando Vasco Lourenço alerta o País a partir do seu discurso de Mafra, quando o ex-M.E.S. César de Oliveira escreve que o fascismo é imprevisível quando o próprio Mario Soares fala de ameaça fascista, o M.E.S. diz que «é necessário tomar como certo que na actual fase a democracia burguesa vai prevalecer no nosso País sobre qualquer outro tipo de regime». Isto é, já para toda a gente que não seja ou completamente de direita ou completamente cego o espectro do fascismo é uma realidade... excepto para o M.E.S. Não percebemos que falta de informação a todos os níveis, de implantação, de compreensão do concreto serão possíveis para que este movimento venha a público, como veio na sua conferência de Imprensa, dizer tais coisas.

E ao invés de alertar contra os perigos de um golpe fascista, o M.E.S. alerta contra os perigos «de uma solução militar de esquerda»! A que ponto chegam grupos que se constituíram à volta de ideias de esquerda revolucionária!

Em Novembro, quando se iniciou uma investida político-militar do poder contra o P.R.P., o M.E.S. escreveu no seu jornal que «o P.R.P. se estava a auto-suicidar»; escreveu isto e moveu-se nos bastidores da política no sentido de aproveitar essa investida do poder para ajudar a tentar destruir o P.R.P. Como solidariedade não foi nada mau... Mas também não havia outra coisa a esperar de quem mostrou ao longo deste processo tantas hesitações e vacilações.

Mas hoje, passados quatro meses sobre esse artigo do jornal do M.E.S., perguntamos: quem é que se está a auto-suicidar? Quem é que praticamente aceitou a integração nessa força reformista que é a U.D.P.? Quem é que perde os seus melhores militantes? Quem é que deixou de ter qualquer espécie de intervenção? Quem é que ficou reduzido à sua própria origem — um grupo de lucubração, longe da prática e da realidade concreta?

Quando o M.E.S. diz que as «tarefas centrais» são o «combate paciente e organizado pela implantação no seio das massas da alternativa popular e revolucionária» e denuncia «revisionistas do P.C.» estará a pensar que a direita se presta assim a suicidar-se, à espera que a esquerda «pacientemente» se organize? Ou será que enfileira já nas teses «anti-social-fascistas»?

Não suportamos a ideia de dentro em breve vermos acrescentar-se na fotografia do jornal «O Tempo» onde nos sorriem lado a lado as figuras de Amaro da Costa e Acácio Barreiros, qualquer figura conhecida do M.E.S.! Porque o «trabalho paciente», o combate ao revisionismo como tarefa principal, o acreditar na democracia burguesa levam muitas reviravoltas. O Acácio que o diga-Camaradas, não se «auto-suicidem»! Nós prometemos se o poder investir contra vós, nós não aproveitaremos! E poderemos sempre discutir e unir esforços quando a tarefa principal for o combate ao capitalismo e ao fascismo que se aproxima.



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
EMBAIXADA

AO PRP - PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Ficámos profundamente sensibilizados com a vossa mensagem dirigida ao PAIGC e ao povo trabalhador da Guiné e Cabo Verde, por ocasião das comemorações do 4.º aniversário do desaparecimento físico de um dos combatentes infadigáveis pela causa da paz, humanista e revolucionário consequente, que foi o nosso saudoso camarada Amílcar Cabral.

Cumpre-nos, pois, salientar que o povo e o Partido de Amílcar Cabral saberão cumprir, lado a lado com todos os povos amantes da paz, o seu papel histórico ao serviço da causa da paz e da felicidade de todos os seres humanos.

SAUDAÇÕES FRATERNAS
UNIDADE LUTA PROGRESSO
O EMBAIXADOR



DESTACÁVEL Revolução

Revolução



Revolução



Revolução



Revolução



Revolução



Revolução



Revolução



Revolução



100 NÚMEROS AO SERVIÇO

DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Revolução

Revolução

Revolução



MANIFESTO AO PROLETARIADO

AS FORÇAS ARMADAS, O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

A luta de classes tem o seu reflexo no seio das forças armadas. Lá, nas forças armadas, também há classes sociais. Assim, parece-nos correcto distinguir entre a Junta de Salvação Nacional e o Movimento das Forças Armadas e soldados e marinheiros que os capitães dirigiram no movimento insurreccional de 25 de Abril. Os soldados e marinheiros

O MOVIMENTO DE MASSAS, OS PARTIDOS POLITICOS E O GOVERNO PROVISÓRIO

O Movimento das Forças Armadas viu-se a partir mesmo do dia 25 de

Abril, envolvido num importante movimento de massas que já não pode ser travado pela institucionalização da democracia formal. A conquista das liberdades democráticas pelas massas populares como um instrumento para a conquista dos seus direitos ou é definitiva e irreversível ou haverá em cada momento o perigo de um golpe contra-revolucionário fascista organizado pela grande burguesia e pelo imperialismo.

A consolidação da democracia passa necessariamente pela satisfação imediata das reivindicações mais prementes dos trabalhadores. Nenhum problema será resolvido somente pelo usufruto abstracto das liberdades democráticas.



OS TRABALHADORES LUTAM OS reformistas traíem

O GOVERNO E A JUNTA REPRIMEM

- NOVAS CONVERSAS EM FAMILIA
- LEI (ANTI) GREVE
- NOVA CENSURA
- PRISÃO ANJOS E MARVÃO



Partido Comunista fez sua a acusação do Sindicato, acrescentando-lhe manobras de "reconhecidos elementos fascistas anteriormente alojados no Sindicato e ainda, para facilitar estas "manobras", a "acção de grupos e grupelhos aventureiros", que utilizam "uma fraseologia de esquerda".

LISNAVE

Durante a última semana defrontaram-se dois exércitos na região de Lisboa. O exército propriamente dito, regular, e o exército da Lisnave. Sete mil dos oito mil trabalhadores avançam sobre a cidade de Lisboa, fardados de fato de ganga e capacete. O outro exército recuou. E os trabalhadores fardados para a guerra, eles também camponeses e operários (quem sabe se da Lisnave) antes e depois da tropa, não tiveram assim que defrontar os seus companheiros. Vitória política para os homens da Lisnave.



MANIFESTO FASCISMO OU SOCIALISMO: as tarefas do proletariado

28 DE SETEMBRO

Realizou-se em Lisboa no dia 28 uma grande manifestação antifascista, em oposição à manifestação da maioria silenciosa.

Perante a eminência da manifestação fascista, que estava incluída numa série de actos da reacção tendentes a restaurar um regime de extrema-direita, comissões de trabalhadores e organizações revolucionárias resolveram levar a cabo uma contra-manifestação.

Com esta manifestação os trabalhadores em luta e os revolucionários mostraram que são capazes de vir para a rua enfrentar o inimigo. Além do mais era claro aos olhos de toda a gente que os manifestantes se faziam acompanhar de matracas, esperando o que desse e viesse, num gesto de iniciativa que se enquadra na violência revolucionária. Mostraram ainda que não são «grupelhos», nem «minorias», nem «aventureiros», como alguns dizem, mas são sim, pelos menos, uma dezena de milhar.



7 DE FEVEREIRO



Pois bem, contra tudo isto, contra a proibição, os trabalhadores manifestaram-se (em número de 80.000 diz o insuspeito Diário de Lisboa), mostraram a maior disciplina e falaram não só contra o desemprego mas contra o capitalismo.

E ninguém pode também apagar a imagem de todos os soldados que em frente do Ministério do Trabalho voltaram as armas para o chão, puseram-se de frente para o Ministério, ergueram o punho, disseram "Viva a classe operária" e abraçaram emocionados alguns manifestantes.

Nesse dia algo de muito importante aconteceu na história portuguesa. A imprescindível aliança entre os trabalhadores, as organizações revolucionárias e os soldados teve a sua expressão concreta nas ruas de Lisboa. E isto contra todos os esforços do aparelho reformista, que é o mais mistificador, porque se reclama da classe operária.

Revolução

Revolução

Revolução

11 DE MARÇO

COMUNICADO À POPULAÇÃO

O golpe militar falhou rapidamente, porque várias Unidades que a reacção contava do seu lado não estiveram; e não trouxe como consequência combates fratricidas, porque os soldados para-quadristas perceberam que tinham sido enganados e renderam-se no RAL I. Estes factos são consequência da politização e organização das Forças Armadas no decorrer do processo que se seguiu ao 25 de Abril, politização e organização com que não contaram os reaccionários, habituados a fazer uma análise puramente militar e não política.

O bombardeamento do RAL I visava atingir uma unidade fundamental, não só pela sua importância em relação ao Copcon, mas também pelo espírito revolucionário que tem demonstrado na prática pondo-se ao lado dos trabalhadores em luta.

Chegou o momento dos trabalhadores encontrarem formas de organização e de coordenação a nível nacional para a conquista e tomada do poder. E só os trabalhadores armados, juntamente com os soldados e os oficiais revolucionários poderão conquistar o poder para a implantação do socialismo. De novo dizemos que há uma só solução: REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

ABAIXO A REACÇÃO

MORTE AO FASCISMO

MORTE AO CAPITALISMO

REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

Secretariado Político
do
PRP-BR

12/3/75

Revolução

IV COMUNICADO DO R.A.L. I

Comunicado de todos os soldados, sargentos e oficiais do R.A.L. I. Camaradas soldados, operários e camponeses, o ataque que o RAL I hoje sofreu demonstra a todos que os fascistas que até aqui têm sido tratados com panos quentes continuam vivos e activos à espera da primeira oportunidade para esmagarem a classe operária.

Porque um ataque ao RAL I? Porque os soldados do RAL I sabem bem que os seus inimigos são os capitalistas e fascistas que nos têm oprimido e cada vez vão para a rua sabem que só têm um papel a desempenhar quer os senhores generais gostem ou não: DEFENDER OS OPERÁRIOS E COMBATER TODOS OS FASCISTAS.

Por isso o RAL I e todos aqueles que nos têm apoiado não têm medo de fascistas apontadas sobre si.

Mas isso, camaradas, não é suficiente. Nós os soldados do RAL I contamos com a ajuda de todos os trabalhadores que estão do nosso lado.

Para aqueles que vêm a pensar que o sangue entre nós só nos resta exigir o seu fim: **IMEDIATO**

COM O NOVO ARMADO JAMAIS SERÁ VENCIDO.
COM O NOVO ARMADO JAMAIS SERÁ VENCIDO.
MORTE AO FASCISMO. MORTE AO CAPITALISMO.

FUZILAMENTO JÁ. FUZILAMENTO JÁ. FUZILAMENTO JÁ.
MORTE AO FASCISMO. JUSTIÇA POPULAR.

Os militares do RAL I vítimas hoje do atentado fascista.
RAL I, 11/3/75

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO - BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ELEIÇÕES 75

Manifesto NÃO ÀS ELEIÇÕES SIM À REVOLUÇÃO SOCIALISTA

NÃO ÀS ELEIÇÕES DA BURGUESIA

Já antes do 25 de Abril afirmávamos (extraído daí as consequências práticas) que com eleições burguesas não se resolvem os problemas fundamentais das classes trabalhadoras. Denunciávamos, então, as organizações reformistas, pelo seu legalismo e eleitoralismo, e dizíamos que só pela insurreição armada é possível às classes trabalhadoras conquistarem o poder.

quentemente laica da burguesia (se é que já não era).

Como poderá haver eleições livres para os trabalhadores, se o capital se encontra nas mãos dos capitalistas, e que portanto dispõem de algumas fabulosas para efectuar uma propaganda eficaz, se são eles que possuem todos os meios de comunicação, e de todo o tempo livre que necessitarem para desenvolverem a sua campanha eleitoral.

Nunca será por eleições que a burguesia se irá submeter aos trabalhadores, e nunca entregará os seus meios de produção ao proletariado.

Só pela violência revolucionária poderemos pôr fim ao sistema capitalista, altura em que os meios de produção pertencerão efectivamente ao proleta-

Revolução

A ARMA
É
O VOTO
DO
POVO



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO - BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

SEM VOTO NÃO
• MANIFESTO DO PRP
• FÓRUM DO PAR-
TIDO SOCIALISTA
• ENTREVISTA COM MI-
LITARES DO R.A.L. I
• REVOLUÇÃO

UMA SÓ SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS**

Muitas têm sido as críticas a nós dirigidas, quer de partidos de direita e reformistas, quer ainda de partidos da esquerda não reformistas, sobre a nossa posição do **Não às Eleições**.

Para nós, as eleições numa sociedade capitalista, são a maneira dos trabalhadores escolherem os elementos que durante um certo período os irão explorar e reprimir.

Portanto como partido revolucionário que somos, não participamos nas eleições, porque fazê-lo seria contra-revolucionário, seria perder tempo, e sobretudo seria desviar os trabalhadores do seu objectivo principal, que será a tomada do poder pelo proletariado e não por qualquer partido, que rapidamente se tornará agente do capital e conse-

riado, e não a meia dúzia de exploradores que vivem à custa do nosso trabalho.

Mas apesar destas contradições nós dizemos que as «eleições são livres», não para a classe trabalhadora, mas para a burguesia.

As direitas consideram as eleições como preparação para o confronto que não tardará, no caso dos trabalhadores se deixarem envolver numa luta demagógica entre listas, e é a contar com esse confronto por parte dos partidos políticos eleitoralistas que existe uma segunda linha de combate, pronta a desencadear um golpe fascista que resulta do falhanço da tentativa do 11 de Março, que irá trazer consequências bastante sangrentas para os trabalhadores e militares revolucionários.

Revolução

MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE



Documento do COPCON

O presente projecto constitui a única proposta viável e realista que se oferece ao povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar, e constituir uma recusa firme e total ao FASCISMO, à SOCIAL-DEMOCRACIA e ao CAPITALISMO DE ESTADO, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras. VIVA A ALIANÇA ENTRE OPERÁRIOS E CAMPONESES

VIVA A ALIANÇA INDESTRUTÍVEL ENTRE OS TRABALHADORES E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS

VIVA A ALIANÇA MFA-POVO

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

VIVA PORTUGAL



LUTA DOS DEFICIENTES DAS F.A.



Revolução

CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS De Trabalhadores Soldados e Marinheiros



Manifesto

Na formação dos Conselhos Revolucionários terão necessariamente que existir três componentes imprescindíveis: Massas Trabalhadoras, Forças Revolucionárias e Militares Revolucionários.

Para nós, revolucionários, a questão do poder é fundamental. Ou o poder está nas mãos dos capitalistas e há capitalismo; ou o poder está nas mãos dos trabalhadores e há socialismo. Para nós, portanto, não existem meios termos entre estas duas situações.

Entendemos, porém, que não pode haver socialismo no nosso país, sem que haja confronto violento entre as duas classes opostas: o proletariado e a burguesia. É pois, imperioso que neste momento o proletariado comece desde já a organizar-se e a reunir forças para o confronto final, que será decisivo para o avanço do processo revolucionário que libertará definitivamente a classe operária de todas as formas de exploração e opressão, isto é, a construção da sociedade sem classes, a sociedade comunista.

Os Conselhos Revolucionários são a expressão máxima da organização autónoma mas que implica necessariamente a criação de um Partido Revolucionário que seja capaz de combinar a teoria e a prática, que seja capaz de perspectivar as lutas da classe dentro de uma análise política global da situação de forma a conduzir o proletariado à sua emancipação.

Com o desenvolvimento do processo revolucionário, com o desenvolvimento da organização autónoma da classe nascerá inevitavelmente o Partido Revolucionário que será composto pelos militantes que a classe elege e reconhecer como seus legítimos representantes.

São pois os Conselhos Revolucionários o embrião do novo poder proletário e o impulso necessário à criação do Partido Revolucionário, factores necessários no desencadeamento da Revolução Socialista.

Revolução



"SEJA QUAL FOR O PAÍS EM QUE REBENTAR A REVOLUÇÃO, O SEU PRIMEIRO GESTO SERÁ CRIAR CONSELHOS"

Rosa Luxemburgo

São os Conselhos Revolucionários, como organização autónoma do Proletariado, que estarão contra a burguesia, até à vitória final. São os Conselhos Revolucionários que exercerão a Ditadura do Proletariado, que nada tem a ver com a ditadura de partido ou qualquer outra forma de governo burocrático e elitista.

Face ao caciquismo dos partidos burgueses, face à ditadura burocrática de qualquer organização de cúpula, face às opções reformistas e democráticas burguesas, só há uma resposta às investidas da reacção:

A CRIAÇÃO DE CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

5.º Os Conselhos Revolucionários no poder terão como objectivo:

1.º A planificação socialista da economia que se opõe à auto-gestão com livre concorrência e ao capitalismo de Estado

2.º A Revolução Cultural.

3.º Todo um plano social de alteração profunda das estruturas económicas, sociais e políticas, para a construção da sociedade comunista através da Ditadura do Proletariado.



JOÃO BALA



Mas vamos ao que interessa.

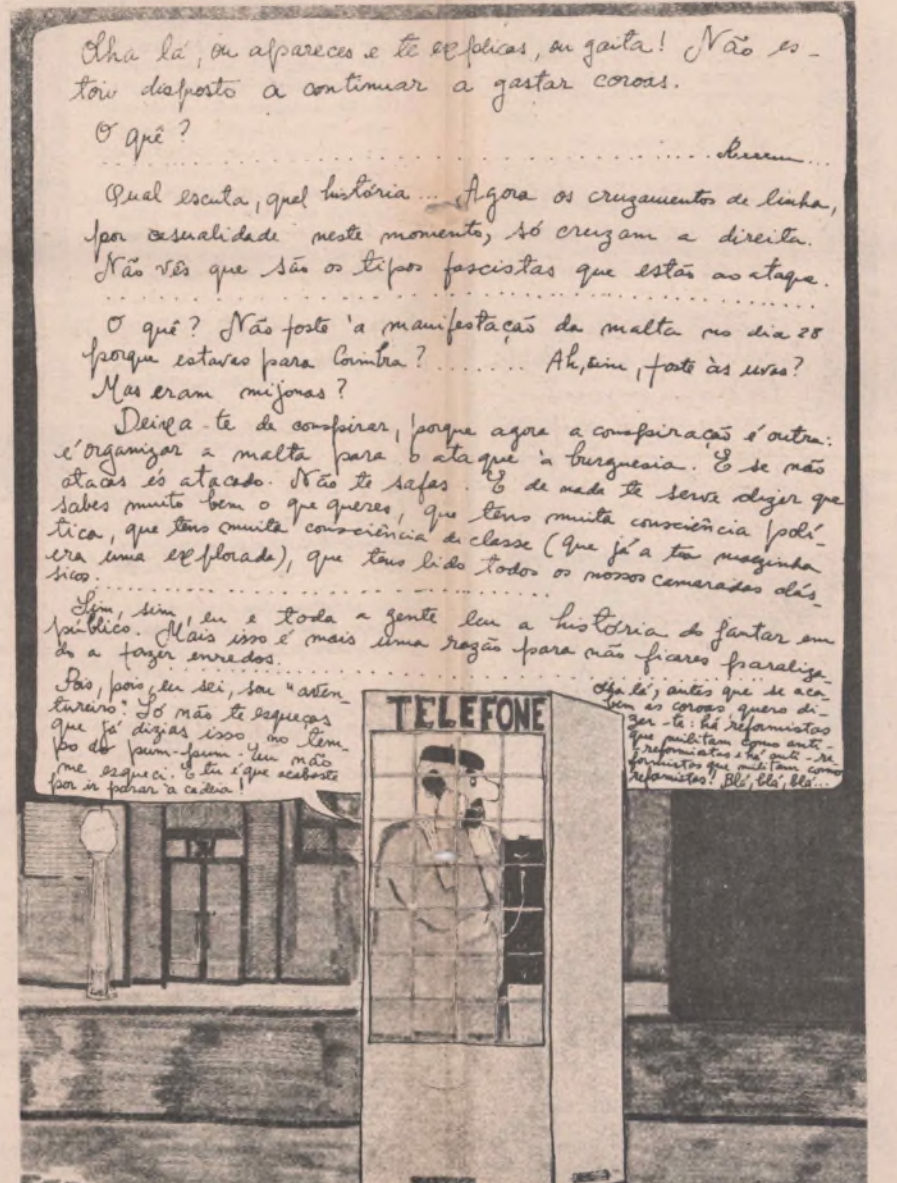
- Você lêem aquela do Socialismo em liberdade, com propriedade privada (capitalistas livres) e sobretudo através da iniciativa privada (iniciativa para nos explorarem).

Cada vez me lembro mais de De Gaulle, com a diferença que esse pelo facto de ter sido resistente não precisava de ser nem pelo Socialismo nem pelo Capitalismo — era pela participação... "quer dizer?" que cada Trabalhador devia participar na organização da sua própria exploração. Mas que não fosse devia participar com um sorriso de felicidade por a vida lhe ter dado a sorte de encontrar exploradores tão simpáticos.

- O Elmano Alves está muito compreendido — ao que se diz — por ter realizado com tanta pressa, e tão clandestino, o congresso da AMP - U.N. Pelos vistos os dois amigos dele que foram libertados dizem que ou se faz um novo congresso, para eles serem eleitos dirigentes, ou ele fundam outro partido. Há... Há... Há... Ahm...
- Claro que também se diz que com a saída de Moreira Batista e do Silva Cunha, não falando dos que já tinham saído antes (e os pedes também estão cheios de esperança, porque eram todos "esquerdistas" e de tentativas e de assassinatos nunca houve nenhum ~~movimento~~ houviu falar naquela conflagração... Coitados). Como ia a dizer estas coisas animaram os amigos do conselho nacional de Mosambique que pensaram que o vento soprava na direcção deles e ~~gao~~ catropáz - Rum-Rum-Rum. Então, facticamente os dois reformistas dizem simplesmente? aumento de ordenados? manifestações? — nada nem falar nisso. Para estes senhores que se reformaram da revolução, a basta abate-se merendo a cabeça de baixo da asa... Que tática é esta, Merda?!



Comaradas,
 Em primeiro lugar vou-me apresentar, depois terei várias coisas para vos contar.
 O meu nome é João, antes do dia 25 de Abril era conhecido entre a rapaziada mais sinistra pelo pseudónimo do "Bala". Decidi que a partir de agora vou adoptar um nome completo João Bala... Simplesmente.
 Como eu já lutava contra o fascismo e contra o capitalismo antes do dia 25 e sabe-se lá os apertos por que passei, os camaradas da redacção decidiram por uma mimidade que eu ia tratar de todos os assuntos, melindrosos, difíceis e complicados.
 No próximo número, vou contar-vos a história complicada da minha vida depois do dia 25 de Abril.
 A coisa é simples não consigo esquecer a minha mulher sobre a questão da pequena diferença que existe entre o salário mínimo atribuído pelo governo (3.300 escudos e os 6 mil que a malta pede.
 Não falo de todos os dias na "ajuda moral" que representa para os trabalhadores este salário. Já farto de lhe ouvir de dizer que não comemos mal e que nem dinheiro para rabos de bacalhão tem, resolvi-me a levá-la todos os dias ver a televisão. Ficou com uma crise de nervos e disse-me: "homem ou te portas como os outros e fazes greve, ou divorcio-me!" "Como é isso? Vou dizer-lhe antes em greve - Maria?" "Vão dizer-lhe que se quiserem, não se querem. Têm satisfação que venham ter comigo que eu e os meus filhos já lhes damos todos as explicações!"



Que grande jogo! Diz que é assim na democracia burguesa. Que a gente cá é que não sabia, que não estávamos habituados. Mas que está bem, que é mais um triunfo.
 De triunfo em triunfo... dizem que os preços vão entre eles descongelar. Filha Maria, se queres carne vai ao Governo Provisório. E lê também, que eles mandam vir de Holanda. Porque cá os patrõeszinhos esses não mudam. Tudo na mesma. Não entra o Melo e sai o Champa limond. E o Silva dos Calhos também diz que tanto lhe faz.



Revolução

Revolução

Revolução

ORGANIZAÇÃO NOS QUARTÉIS

*soldados
sempre
sempre
ao lado do povo*

S. U. V.

3 - Soldados Unidos Vencerão (SUV) luta com todos os trabalhadores, pela preparação de condições que permitam a destruição do exército burguês e a criação do braço armado do poder dos trabalhadores: O Exército Popular Revolucionário.

SEMPRE SEMPRE AO LADO DO POVO É O NOSSO LEMA

OPERÁRIOS, CAMPOMESES SOLDADOS E RINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS

• A ORGANIZAÇÃO, UNIFICAÇÃO E COORDENAÇÃO É PARA OS REVOLUCIONÁRIOS TAREFA URGENTE. A HISTÓRIA NÃO ESPERA. É necessário que os trabalhadores e os revolucionários se organizem e que encontrem uma tática comum. O RASP, a PM de Lisboa, o Forte de Almada, o Quartel de Torres Vedras e todas as inúmeras Unidades revolucionárias por esse país fora têm de unir-se e coordenar-se. E com elas os SUV de todo o país. E as Assembleias Populares dos grandes e pequenos centros. E a FUR, e os militantes de todos os partidos, cujas direcções se perderam em jogos táticos, abandonando a classe operária.



F.U.R.



AS BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS PASSAM À CLANDESTINIDADE

O que pretendemos é, como se diz no nosso Manifesto da F.U.R. contribuir para que os órgãos de Poder Popular cada vez mais se afirmem como fundamentais para a tomada de poder pelos trabalhadores e para o exercício do poder revolucionário do proletariado.

"São ainda objectivos de luta da Frente a dissolução da chamada Assembleia Constituinte, e a constituição de uma Assembleia Popular Nacional, assim como a formação de um Governo de Unidade Revolucionária."



"A RÁDIO É DO POVO, NÃO É DO CAPITAL"



República

POR UMA INFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA



INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Revolução

O PODER AO MPLA

AO CAMARADA PRESIDENTE AGOSTINHO NETO

O povo angolano, ao longo da sua história, viveu sob o jugo da exploração e da opressão dos senhores da terra e do capital estrangeiro. A luta pela libertação nacional e pela construção de uma sociedade socialista é o programa histórico da classe operária angolana. O MPLA, a única organização revolucionária que representa os interesses do povo angolano, luta pela libertação nacional e pela construção de uma sociedade socialista. O MPLA é a única organização revolucionária que representa os interesses do povo angolano. O MPLA é a única organização revolucionária que representa os interesses do povo angolano.



manifesto manifesto manifesto

Contra a guerra civil - a insurreição armada

Insurreição



Introdução

CONSTRUÇÃO CIVIL



Revolução

MANIFESTO DOS OFICIAIS REVOLUCIONÁRIOS AOS SOLDADOS, MARINHEIROS, CLASSE OPERÁRIA E POVO TRABALHADOR

JUSTIÇA SOCIAL

... (text continues) ...

25 DE NOVEMBRO

GOLPE FASCISTA O COMPROMISSO REFORMISTA

LIBERTEMOS OS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS PRESOS




9. **Balanço:** as unidades revolucionárias são limpas. Os militares revolucionários são presos. Pontos para os reformistas e pontos para a direita. As organizações revolucionárias ficam intactas - nesse aspecto fica anulada a operação. A Região Militar de Lisboa fica nas mãos da direita - aí começa o fascismo a ganhar terreno. A informação fica totalmente nas mãos da social-democracia e da direita. Ao nível do poder político o compromisso mantém-se: PPD, PS, PC, tanto ao nível do Governo, como do C.R. . Ao Nível das forças políticas há uma maior definição e há um desmascaramento do reformismo.

Vai-se estabilizando a instabilidade. As organizações e os trabalhadores vão vendo mais claramente o cenário. Pode-se saber exactamente a grandeza e a qualidade dos sanamentos nos quartéis; percebe-se também já o truque através do qual a social-democracia controlará quase toda a imprensa; apercebemo-nos da mediocridade da rádio e da TV de canais únicos. Enfim são já evidentes os sinais da necessidade de fascismo que a social-democracia tem para se segurar no poder. A social-democracia aqui não é portanto nem risonha, nem higiénica, nem moderna e "cult" como a da Alemanha ou a da Suécia. Consequência mais do que evidente num país de economia mais do que apertada, distorcida e caótica,



CUSTÓIAS



a violência sangrenta do fascismo

Para poder ir a cavalo no aparelho de Estado e desnacionalizar, arrancar terras e casas das mãos dos trabalhadores, com a espada dos senhores, que nestes tempos modernos são as metralhadoras, os tanques e os serviços da Polícia secreta.

É assim que ressalta que para a instauração da «democracia» de Spínola (leia-se fascismo) ele diz necessitar de condições técnicas para a exercer.



C.L.A.R.P. ARRANQUEMOS OTELO E TODOS OS ANTIFASCISTAS DA CADEIA



Revolução

Revolução

Revolução

Estas «eleições» em nada vão contribuir para que milhões de trabalhadores se libertem das cadeias seculares que os oprimem, não serão um passo positivo no sentido da emancipação do proletariado. Pelo contrário, milhões de explorados irão apenas votar quais os elementos da burguesia que por eles vão decidir da vida do povo trabalhador e, também, continuarão a alimentar perigosas ilusões sobre a saída revolucionária para a actual crise económica, política e social.

Mais uma vez a burguesia monta uma enorme farsa, destinada a servir de cobertura ao seu domínio sobre a classe operária e as massas trabalhadoras, destinada a justificar a exploração e repressão desenfreadas que pretende levar a cabo. Essa farsa monstruosa terá como nome «eleições legislativas». E conta já com decidido apoio de numerosas forças internas e de poderosos interesses internacionais. O imperialismo e os seus lacaios têm razão para jogar tão a fundo aqui. É a Revolução Socialista em Portugal e na Europa que estão em jogo.

ELEIÇÕES?



**ELEIÇÕES
PARA
A
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

UNIDADE POPULAR



OTELO — CANDIDATO DOS TRABALHADORES E DO PODER POPULAR

1 — SIGNIFICADO E PAPEL DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Não sendo o terreno eleitoral burguês um local privilegiado de luta do proletariado e das forças revolucionárias e progressistas, as eleições presidenciais assumiram, no contexto

em que se realizavam, um papel de extraordinária importância política.

Numa fase em que o movimento operário e popular recuperava lentamente da desorientação e desorganização provocados pelo golpe de direita de 25 de Novembro a unidade e a mobilização conseguiram

desenvolver-se em torno da candidatura de Otel Saraiva de Carvalho constituíram um enorme passo em frente no sentido da resolução positiva para a crise. Estas eleições apresentaram uma grande vitória para o campo operário e popular e importante derrota para as posições de direita e reformistas.

G.D.U.P.

Não há movimentação que seja eficaz se não lhe corresponder uma organização, que a enquadre, lhe dê sentido, coordenando as acções e dando-lhes uma direcção comum.

A organização que corresponde à movimentação de massas à volta de Otel, são os GDUPs, nos quais podem estar militantes com partido, homens e mulheres que podem ser da esquerda revolucionária, mas que também podem ser das bases do PS ou do PC, ou simplesmente não terem partido.

Cada pessoa que estiver de acordo com as bases programáticas da candidatura de Otel e que aceite a organização dos GDUPs pode formar no seu bairro, ou na sua fábrica, ou no seu serviço um GDUP.



Após ter percorrido o País de Norte a Sul, do Continente às Ilhas, uma grande certeza me fica: «o povo trabalhador não está derrotado, o povo trabalhador não abdicou de tomar em mãos o seu destino e de construir neste País, uma sociedade nova. É daí que resulta a minha convicção profunda de que com unidade, organização e luta, venceremos!»
Lisboa, 27 de Junho de 1976»

PRP DEIXA DE ESTAR REPRESENTADO NA CNPUP E NÃO ESTARÁ OFICIALMENTE PRESENTE NO CONGRESSO DOS GDUP

A direcção decidiu retirar os seus delegados à CNPUP e a todas as distritais de Unidade Popular

Fa-lo devido às suas responsabilidades como organização revolucionária face à actual situação política, às graves distorções introduzidas no projecto do MUP ao fazer deste Congresso não o espaço a necessária clarificação política e à não possibilidade de cobertura por mais tempo a grave situação existente no Movimento.

Quando as graves distorções referem ao reconhecimento de representantes a listas partidárias para as estruturas (em nome dos GDUPs), ao funcionamento de estruturas anti-democráticas, e à linguagem partidária estruturada em numerosos Comités de Trabalho e Comités de Unidade Popular.

A situação política, a estratégia e tática do Movimento não serão definidas nem discutidas no Congresso dos GDUP que na prática se apenas aprovar um programa de luta, um estatuto e eleger uma direcção.

Não se criam assim as necessárias condições para superar os graves problemas do Movimento de Unidade Popular e, pelo contrário, se aprofundam a sua degeneração progressiva e que nos últimos tempos tomou vindo a substituir a luta mais grave quanto a situação política seja a construção de uma alternativa revolucionária que as orientações e estruturas a sair deste

Movimento não representado. Contudo assumindo as responsabilidades da Nova presença, o PRP realinha a sua vontade de oposição (sem violar o Movimento de Unidade Popular e considerar indispensável apoiar o projecto social da candidatura de Camarões Otel, que tem vindo a ser desvirtuada, especialmente no que respeita:

- a) Ao papel das organizações populares de base
- b) À ligação às lutas concretas dos trabalhadores
- c) À democracia proletária no seio do Movimento
- d) A um projecto de Socialismo de Base
- e) À qualificação internacionalista com todos os povos e seus vanguardas revolucionárias, principalmente com os ex-colónias portuguesas.

Sem o respeito por estes princípios e objectivos o MUP será mais uma organização stalinista e reformista totalmente incapaz de fazer face a situação política concreta de Portugal hoje, e sujeita ao fracasso a muito curto prazo.

O AVANÇO DA DIREITA

DESOCUPAÇÃO DE TERRAS REPRESSÃO NO ALENTEJO



DESPEJOS



O PODER ATACA O "REVOLUÇÃO"

PORQUE É QUE O «REVOLUÇÃO» É ATACADO

«Revolução» é o único jornal partidário que tem processo em Tribunal. Em relação ao segundo processo, é acusado mesmo por textos publicados noutros jornais.

É clara a intenção de querer calar o «Revolução» (segundo a lei, ao ter-

ceiro processo o jornal é suspenso definitivamente) e de atingir os dirigentes do P. R. P. para poder atingir este partido.

«O «Revolução» diz e o P. R. P. faz. É por isso que o poder não o suporta e o vê como verdadeiro inimigo. O poder perdeu a vergonha, não tem argumentos. E dispõe-se, portanto, a usar as velhas armas — a repressão, a arbitrariedade.

BOMBA ATRÁS DE BOMBA



**PIDES —
o regime
fascista
à solta**

OTELO ESTÁ EM CAXIAS

«ESTIVE AQUI EM 26 E 27 DE ABRIL PARA LIBERTAR OS PRESOS POLÍTICOS»



ESMAGUEMOS

O

FASCISMO

O perigo de um golpe de direita vem tornar cada vez mais importante a unidade necessária a vários níveis.

É perante tudo isto que a questão da unidade se torna urgente e importante. Mas a unidade é sempre a «difícil unidade». Difícil porque exactamente significa que têm que estar juntos aqueles que não são iguais.

E em unidade talvez então seja possível impedir o fascismo.

CONSTRUAMOS A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA